

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 45

7 de fevereiro de 2019

(17,20 h – 21,05 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. Álvaro Santos Pereira, Ministro da
Economia e do Emprego entre 2011 e 2013

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Bruno Dias (PCP)

Helga Correia (PSD)

André Pinotes Batista (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Hugo Costa (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Eram 17 horas e 18 minutos.

Como é do conhecimento de todos, hoje temos connosco o Sr. Prof. Álvaro Santos Pereira, que está aqui na qualidade de ex-Ministro da Economia e do Emprego, tendo tido a tutela do setor energético, que é objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Começo por cumprimentá-lo e saudá-lo pela sua presença, cumprimentando também todos os Srs. Deputados. Gostaria de informar que já expliquei o funcionamento da Comissão ao Sr. Professor, pelo que não é necessário repeti-lo aqui.

O Sr. Professor vai fazer uma intervenção inicial, à semelhança de quase todos os nossos convidados, e, depois, passaremos às perguntas dos Srs. Deputados.

O Sr. Professor tem um tempo indicativo de 15 minutos, mas não temos sido muito rigorosos na contagem do tempo da apresentação inicial, que fica à sua consideração.

Tenha a bondade de usar a palavra.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira** (Ministro da Economia e do Emprego, entre 2011 e 2013): — Boa tarde Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É um verdadeiro prazer estar de volta à Casa da democracia e estar a debater um tema tão importante para o País e para a própria democracia.

Gostaria também de dizer, no início, que estou aqui somente na qualidade das minhas funções de ex-ministro da Economia e do Emprego,

obviamente, e não das minhas funções atuais na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Portanto, as minhas opiniões vinculam-me simplesmente a mim e não à instituição em que, neste momento, trabalho.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se há algo de que me orgulho de ter feito durante o período em que tive o privilégio de servir o País no XIX Governo constitucional foi a luta contra os *lobbies* e os interesses instalados. Sei que sou suspeito, mas penso que na nossa democracia não há muitos exemplos de ministérios da economia tão independentes e tão isentos como o nosso.

Sei bem que esta independência em relação aos *lobbies* e a defesa intransigente do superior interesse nacional motivaram muitos dos ataques de que fui alvo ao longo de dois anos de governação. Os *lobbies* nunca tiveram a minha simpatia.

No meu Ministério, os *lobbies* ficaram a saber que, comigo e com a minha equipa, o tempo das rendas excessivas, de privilégios injustificados e dos interesses corporativos tinha acabado. Durante o meu tempo no Governo, acabou-se com as leis feitas à medida dos *lobbies*, assim como se acabaram as leis feitas pelos próprios privados e produtores que beneficiavam dessas leis. E, durante esse Governo, cortaram-se rendas e privilégios a setor protegidos, como nunca se tinha tido coragem de fazer.

Em nenhum setor estas palavras são tão verdadeiras, como no setor da energia. Se há setor que foi protegido durante muito, muito tempo, esse setor é o da energia. Por isso, desde o início, sabia que este era um setor com muitos poderosos *lobbies* que tentariam fazer o que fosse preciso para tentar preservar privilégios e rendas que acumularam ao longo dos tempos. Rendas e privilégios que poderiam ter sido desastrosas para a economia nacional se não tivéssemos atuado.

Assim, logo na primeira semana à frente do Ministério, no final de julho de 2011, e numa altura em que nem sequer tinha Secretário de Estado

ou assessores, falei com a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) e recebi dados que me deixaram bem alerta para o problema que ia ter no setor da eletricidade.

Segundo estes dados, se não fizéssemos nada, em 1 de janeiro de 2012, o preço da eletricidade iria aumentar mais de 30% para as famílias e cerca de 55% para a indústria. Ou seja, se nada fosse feito, o tremendo aumento dos preços da eletricidade iria ter um impacto brutal para as famílias, já em grandes dificuldades na altura, e iria afetar enormemente a competitividade das nossas empresas e da nossa economia. E porque é que iria acontecer esse aumento brutal do preço de eletricidade? Graças às elevadas rendas que os produtores energéticos recebiam nesse setor tão protegidos. Por outras palavras, ganhavam os produtores de eletricidade e perdiam a economia nacional e as famílias.

Foi por isso que eu e o Sr. Secretário de Estado da Energia, o Eng.º Henrique Gomes e, mais tarde, o Dr. Artur Trindade, fizemos deste tema uma prioridade total. Em relação ao Eng.º Henrique Gomes, eu não o conhecia antes de ir para o Governo, mas rapidamente percebi que tinha ali uma pessoa verdadeiramente independente e empenhada em defender o interesse público, num setor tão cheio de *lobbies*, como é o da energia.

Em seguida, recrutámos uma equipa de independentes com quem pudéssemos contar e, depois, construímos um modelo do sistema elétrico nacional, para podermos estimar a dívida tarifária corretamente, mas também, e mais importante, para podermos perceber exatamente o impacto que as diversas políticas tinham sobre o sistema. Porque é que o fizemos? Porque, até então, e incrivelmente, a única entidade que tinha um modelo do sistema elétrico nacional era a EDP. Ora, pergunto, faz algum sentido do Estado estar dependente de uma empresa privada para poder perceber o impacto que as políticas públicas de apoio ao setor teriam nos preços do sistema elétrico nacional? Claro que não faz!

Por isso, prontamente corrigimos esta situação e ficámos munidos de um precioso instrumento que nos dava uma ideia clara do impacto das políticas energéticas no setor e na economia nacional.

Quando recebemos os dados do modelo, confirmámos que se nada fosse feito, não só os preços iriam subir dramaticamente, como também a dívida tarifária iria aumentar para níveis que iriam pôr em causa a sustentabilidade do sistema elétrico nacional.

Mais concretamente, segundo este modelo, os preços para as famílias subiriam pelo menos 27%, em 2012, enquanto os preços industriais aumentariam 51%. E as subidas de preços iriam continuar nos anos seguintes, com aumentos anuais a rondar 55% e até 7%, até 2020, no melhor dos cenários. Mais, se ficássemos de braços cruzados, iríamos criar mais de 8000 milhões de euros em dívida tarifária até 2020.

Ou seja, tínhamos em mãos uma autêntica bomba-relógio prestes a rebentar com a competitividade da economia nacional e os orçamentos das famílias. Não fazer nada estava fora de questão e, por isso, começámos a desenhar soluções que poderiam fazer evitar a escalada de preços e da dívida tarifária. Mais concretamente, era preciso cortar rentabilidades excessivas dos produtores elétricos, como os CMEC, cortar nas rendas da cogeração, reduzir os subsídios às eólicas e às energias renováveis e dedicar uma boa percentagem das receitas dos leilões de CO₂ para o sistema elétrico nacional. E mesmo assim, as pressões sobre os preços eram de tal ordem que era igualmente inevitável, também, diferir uma pequena parte dos custos até 2020, para evitar esta subida drástica dos preços.

Concluimos, ainda, que deveria haver outros mecanismos adicionais para cortar nas rendas excessivas dos produtores. Ponderando os prós e os contras, a melhor solução que encontrámos foi a de introduzir uma contribuição especial junto dos produtores de energia elétrica. Como se veio a comprovar, recentemente, a medida era constitucional e seria, de certo,

muito bem recebida junto dos grupos Parlamentares. Era, ainda, uma medida da maior e elementar justiça social, numa altura de grande crise económica, pois durante muitos anos o setor elétrico tinha sido um dos setores mais protegidos da economia nacional.

Em suma, fazia todo o sentido. Mais concretamente, esperávamos arrecadar, anualmente, receitas entre 220 e 230 milhões de euros, provenientes de todos os produtores elétricos, até 2020. No total, prevíamos que as receitas desta contribuição totalizassem cerca de 2100 milhões de euros. Ou seja, 2100 milhões de euros de rendas excessivas que seriam eliminadas entre 2012 e 2020.

Munidos com este potencial pacote de medidas, encetámos uma série de negociações com os produtores elétricos para tentar chegar a acordo em relação aos cortes das rendas excessivas, algo que seria sempre difícil, mas que teria de ser tentado. Iniciámos, igualmente, conversações com as finanças sobre o assunto, principalmente no que dizia respeito à contribuição especial, dado que teria um impacto na privatização da EDP, que ocorreria no final de 2011.

Todos desejávamos que este processo corresse bem, pois seria um importante sinal de confiança e de credibilidade para os nossos parceiros internacionais e para os investidores, numa altura de grande fragilidade para o País. É importante lembrar que, nessa altura, em finais de 2011, se colocava, praticamente todos os dias, a questão da eminente bancarrota do País e que quase todos os dias nos comparavam com a Grécia. Relembro que a Grécia, na altura, estava mais do que nas ruas da amargura e o que tínhamos de fazer, coletivamente, como País, era exatamente distanciarmo-nos do cenário catastrófico que se estava a verificar na Grécia. Portanto, é importante colocar as coisas em contexto e perceber porque era tão importante ganhar a credibilidade e porque era tão importante que a privatização da EDP corresse bem nessa altura.

Tínhamos estimado que haveria uma redução de 700 milhões de euros dos *cashflows* esperados pela EDP, entre CMEC e Garantia de Potência, de modo que o Estado deveria encaixar com esta contribuição, cerca de 140 a 150 milhões de euros a menos com a privatização da empresa. Esta medida, tinha ainda a vantagem de dar estabilidade regulatória ao setor, o que, de certo, seria bastante apreciado por potenciais investidores. Ora, foi exatamente isso que argumentámos internamente, pois estávamos convencidos que este conjunto de medidas serviria melhor o interesse nacional, a competitividade da economia e a sustentabilidade do sistema elétrico nacional.

Infelizmente, o Ministro das Finanças não concordou, pois não queria que nada pusesse em causa, então, o encaixe da privatização da EDP. Foi exatamente isso que ele defendeu numa reunião, num domingo à noite, no outono de 2011, em que estiveram também presentes os Secretários de Estado Henrique Gomes e o Secretário de Estado Carlos Moedas.

A haver cortes, segundo o Ministro das Finanças, estes teriam de ser feitos de outra maneira, desde que não afetassem o processo de privatização da empresa. E, como naquela altura a restrição financeira era muito grave e as finanças tinham prioridade absoluta — e assim tinha de ser, pois, como disse, estávamos, na altura, na eminência da bancarrota —, a contribuição sobre o setor produtor elétrico ficava pelo caminho, bem como a nossa estratégia inicial de cortes de rendas excessivas.

Nos dias que se seguiram, o Secretário de Estado Henrique Gomes falou com o Primeiro-Ministro e comigo, e pediu a demissão do Governo, pois entendia que não tinha condições políticas, nem anímicas para continuar. Contra-arguntei que aquele ainda não era o momento para sair, pois estava convencido de que os cortes das rendas do setor elétrico seriam possíveis por outros métodos. Defendi que tínhamos perdido uma batalha, mas não a guerra, mas o Secretário de Estado Henrique Gomes manteve-se

irredutível: após uma conversa com o Primeiro-Ministro, o Secretário de Estado Henrique Gomes, aceitou continuar até ao momento mais oportuno e concordou, ainda, prosseguir uma nova estratégia de cortes das rendas.

Umás semanas mais tarde, a Secretaria de Estado da Energia, produziu um importante relatório para a troica em que se estimava que as rendas excessivas no setor elétrico rondavam os 3900 milhões de euros, entre 2007 e 2020, das quais cerca de 1500 milhões de euros eram referentes ao período de 2007 a 2011, e 2400 milhões de euros ao período entre 2012 e 2020.

Obviamente, quanto às rendas até 2011, nada podíamos fazer, pois a fatura destas rendas já tinha sido paga pelos consumidores ou tinha sido adicionada à dívida tarifária. Porém, ainda estávamos bem a tempo de impedir as rendas até 2020. E se não podíamos usar a arma da contribuição especial, podíamos, certamente, cortar mais do que o inicialmente previsto nas outras rendas e subvenções, assim como o relatório para a troica preconizava. Por isso, cerrámos mais uma vez as fileiras e começámos a perfilar o discurso político para a guerra que se adivinhava.

Contudo, nas semanas seguintes, o Secretário de Estado Henrique Gomes começou a fazer algumas intervenções públicas e entrevistas mais polémicas, a confrontar e a denunciar os produtores elétricos e a postura do Ministro das Finanças de uma forma mais agressiva, de modo que, antes de um discurso bastante polémico que ele iria proferir, falei com ele e com o Primeiro-Ministro, e acertámos que a hora para ele sair tinha chegado.

Como queria que o combate contra as rendas excessivas e o excelente trabalho que ele e a sua equipa tinham realizado prosseguissem, pedi a sua opinião sobre alguns dos nomes para o substituir. Foi ele que me referenciou o Dr. Artur Trindade para o substituir. Então quadro da ERSE, o Dr. Artur Trindade também me foi referenciado por outras pessoas independentes que conheciam bem o setor.

Quando entrevistei o Dr. Artur trindade e vi que era, de facto, um independente e que partilhava a minha opinião sobre o que era preciso fazer, não tive dúvidas de que seria a pessoa ideal para o lugar. E assim foi.

Na tomada de posse do novo Secretário de Estado, Artur Trindade, pedi que ele e Henrique Gomes me acompanhassem ao Palácio de Belém, para mostrarmos que haveria, sem dúvida nenhuma, continuidade na política energética e que nada nos iria deter no combate às rendas excessivas. Todos os colaboradores da equipa de Henrique Gomes ficaram na equipa de Artur Trindade. Todos, ninguém saiu. E quem andou a comemorar a saída de Henrique Gomes da Secretaria de Estado da Energia cedo percebeu que o tiro lhe saiu pela culatra. Não haveria mudança na política energética.

Nas semanas seguintes, o Secretário de Estado Artur Trindade e a sua equipa, concentraram-se em encontrar soluções alternativas para os cortes das rendas da energia. Desta vez, considerei que deveria ter mais apoios para conseguir ir em frente com esses cortes. E o melhor apoio que poderia ter, na altura, era a troica, que também estava empenhada em cortar as rendas excessivas do setor. Só que as coisas teriam de ser feitas nos bastidores e sem levantar suspeitas de que estávamos a preparar uma nova investida contra os poderosos interesses do setor.

Assim, falei privadamente com os representantes da troica e disse-lhes que estávamos prontos para avançar com mais medidas para cortar rendas excessivas, mas que precisávamos do apoio deles para o fazer. E assim foi. Munidos do relatório que tinha sido produzido pela equipa do Henrique Gomes, encetámos novas reuniões e contactos com todos os produtores de energia e dissemos-lhes que, se não concordassem com as nossas propostas de cortes, era provável que a troica acabasse por ser ainda mais dura com eles.

Por outro lado, estudámos ainda mais medidas alternativas que poderiam ser levadas a cabo unilateralmente e que não precisavam do acordo dos produtores, como acontecia com os CMEC e com os CAE.

E foi assim que decidimos que uma das melhores maneiras de cortar as rendas — e não iríamos cortar nos CMEC e nos CAE, porque dependiam do acordo dos produtores — seria eliminar completamente a garantia de potência para as centrais térmicas durante o programa de ajustamento e, posteriormente, reduzir essa garantia de potência para menos de um terço do valor, então, em vigor. Ou seja, um corte permanente na garantia de potência superior a 66%, algo que desagradou, e muito, aos principais produtores de energia que discordaram veementemente e que chegaram a ameaçar publicamente retaliar com o encerramento de algumas centrais de produção.

Como é óbvio, e como ficou patente, não cedemos a nenhuma pressão e muito menos a chantagens. As reduções da garantia de potência foram introduzidas e uma cláusula de salvaguarda garantiu a perda de licença de exploração para quem tentasse encerrar temporariamente as centrais térmicas. Ou seja, a chantagem de alguns produtores não surtiu o efeito desejado, bem pelo contrário.

No final, quando o pacote de medidas ficou fechado, todos os produtores iriam contribuir para a redução das rendas do setor.

Para as hídricas, a garantia de potência só foi concedida como um incentivo ao investimento por um período limitado, e foi reduzida em 50% no caso das centrais de bombagem, algo que foi muito contestado pelos produtores, pois era uma das suas principais rendas.

Os cortes na garantia de potência foram estimados em 443 milhões de euros. Por seu lado, os cortes na cogeração totalizaram 996 milhões de euros, nos CMEC houve uma redução da taxa utilizada para o respetivo cálculo de 7,55% para cerca de 4,7%...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Pode repetir essa última parte?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Os cortes na garantia de potência foram estimados em 443 milhões de euros. Por seu lado, os cortes na cogeração totalizaram 996 milhões de euros. Nos CMEC, houve uma redução da taxa utilizada para o respetivo cálculo de 7,55% para cerca de 4,7%, o que proporcionou uma redução das rendas de 205 milhões de euros.

Houve ainda uma redução de rendas para as mini-hídricas de 285 milhões de euros, bem como uma indemnização estimada entre 100 e 250 milhões de euros para as eólicas.

A revisão da remuneração do domínio público hídrico permitiu igualmente uma redução de custos de 106 milhões de euros.

Por outras palavras, um total de cortes nas rendas excessivas superior a 2100 milhões de euros, isto é, praticamente o valor que iríamos arrecadar com a contribuição especial até 2020.

Acho que é muito importante que se perceba o que foi feito e por que é que foi feito e relembrar que aquilo que tínhamos identificado de início que era preciso cortar, foi cortado. Se não foi cortado de uma maneira, foi cortado de outra.

Um valor que, apesar de importante, não se revelou suficiente, pois, um ano mais tarde, em abril de 2013, ficámos a saber que a evolução do consumo e as medidas energéticas tomadas por Espanha tinham contribuído para uma deterioração do nosso défice tarifário devido à participação no MIBEL, o Mercado Ibérico da Energia Elétrica.

Por isso, preparámos novas medidas para reduzir as rendas do setor. E quando saí do Governo estávamos a finalizar novos cortes na energia, que poderiam chegar aos 1500 milhões de euros, tendo inclusivamente já falado com a troica sobre o tema.

Quando soube que ia sair do Governo, deixei que um jornal tivesse conhecimento dos novos cortes de rendas, de forma a garantir que haveria a pressão mediática e da opinião pública necessárias para que os cortes fossem mesmo para a frente.

De igual modo, na minha carta de cessação de funções para o Sr. Primeiro-Ministro, que consta do livro que publiquei após ter saído do Governo, referi a necessidade imperiosa de realizar esses cortes adicionais de rendas.

Meses mais tarde, e no âmbito da avaliação seguinte da troica, o Governo aprovou esses cortes no valor de 1500 milhões de euros, através da introdução de uma contribuição ao setor energético em moldes semelhantes aos que tínhamos arquitetado logo no início do Governo.

Por outras palavras, se anteriormente ninguém tinha ousado tirar 1 cêntimo sequer aos produtores de energia, nós cortámos 2100 milhões de euros, numa primeira fase, e 1500 milhões de euros adicionais, numa segunda fase, questão que será certamente abordada, amanhã, pelo Ministro que me sucedeu, o Dr. Jorge Moreira da Silva. Ou seja, uma vitória de todos os portugueses contra os poderosos interesses do setor.

Porém, a política energética levada a cabo pelo Ministério não se cingiu aos cortes das rendas excessivas. Nomeadamente, aproveitámos as transposições de diretivas europeias para fazer novas leis de bases para o setor da energia, reforçando o poder e a independência dos reguladores, bem como os graus de exigência e de transparência para os produtores, leis que combatem os interesses instalados e fomentam a concorrência no setor.

E foi assim que, entre outras medidas, alterámos os conceitos de produção em regime ordinário (PRO) e produção em regime especial (PRE), criando as condições para licenciar produções sem que haja lugar ao pagamento de tarifas garantidas, simplificámos e clarificámos os licenciamentos, e abriu-se ainda o regime especial à livre iniciativa.

Por outras palavras, o acesso à produção de eletricidade, a energia renovável, deixa de estar dependente de procedimento de concurso, passando ainda a ser possível produzir energia renovável sem qualquer tipo de subsídio ou tarifa garantida.

Clarificámos e reforçámos ainda a independência e a separação jurídica e patrimonial no transporte e distribuição de eletricidade e criámos mecanismos adicionais de acompanhamento e de supervisão do cumprimento das obrigações das concessões.

Reforçámos igualmente os instrumentos de concorrência e das medidas de proteção dos consumidores.

E, finalmente, como já referi, reforçaram-se ainda as obrigações dos produtores, ficando prevista a possibilidade de esses produtores perderem as suas licenças de produção, se as suas instalações estiverem inativas por mais de seis meses.

Porém, as mudanças no setor da energia não ficaram por aqui. Revimos ainda os estatutos da ERSE e introduzimos o regime sancionatório que permite ao regulador sancionar os produtores elétricos se eles tentarem bloquear a concorrência de outros operadores ou se tomarem medidas aleatórias contra os consumidores.

Isto é, com todas estas alterações, o País ficou munido de um quadro regulatório mais estável e, acima de tudo, bem mais forte contra os *lobbies* do setor.

Em suma, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deixem-me resumir as ideias principais da minha intervenção inicial, nomeadamente deixem-me ser bem explícito.

Em primeiro lugar, e para que não haja dúvidas, é claro que houve rendas excessivas no setor elétrico. Os estudos técnicos encomendados pelo meu Ministério mostram exatamente isso. Estas rendas excessivas rondaram quase 4000 milhões de euros, entre 2007 e 2020.

Quem afirma que não existiam rendas excessivas, certamente que não presta atenção às suas contas da eletricidade.

Em segundo lugar, é claro que os produtores elétricos foram beneficiados por estas rendas excessivas durante anos. Por isso, reagiram de forma tão negativa e intempestiva às nossas propostas. Porém, era imperioso salvaguardar o interesse público, o bem-estar das famílias e a competitividade da economia. E, assim, não hesitámos um segundo sequer, em prol do interesse nacional.

Se os cortes às rendas excessivas não podiam ser feitos de uma forma, seriam efetuados de outra — e foram. A prova disso é que, a partir de 2015, temos tido, pela primeira vez, excedentes tarifários e a dívida tarifária está a baixar rapidamente. A outra prova de que os cortes nas rendas excessivas surtiram efeito foi a recente redução das tarifas reguladas decretada, que não teria acontecido se não tivéssemos atuado.

Em terceiro lugar, é também bem claro que, antes de nós, ninguém tinha tido a coragem de enfrentar os *lobbies* da energia — ninguém! Ponto final, parágrafo!

Antes do XIX Governo, e do Ministério da Economia e do Emprego, ninguém, repito, ninguém tinha cortado um só cêntimo nas rendas da energia. Graças à nossa ação e à ação levada a cabo pelo meu sucessor e pelo Secretário de Estado da Energia cortaram-se mais de 3,5 mil milhões de euros de rendas da energia. Estes são os factos.

Finalmente, e também para que também não haja dúvidas sobre o que eu penso sobre este tema, é importante dizer o seguinte: claro que as rendas excessivas no setor da energia estão, no mínimo, associadas a práticas de «cronismo» do Estado e de relações de compadrio entre os privados e o Estado, que vigoraram no nosso País durante demasiado tempo.

Durante muitos anos, privilegiou-se um modelo económico em que se promoveram ligações perigosas entre o Estado e interesses privados, que

beneficiaram uns poucos à custa das famílias e da economia. Uns beneficiavam de lucros e de negócios extraordinários, enquanto a fatura era paga pelos contribuintes, pelas famílias, pelas empresas e pela economia nacional.

Em claro contraste, o histórico corte das rendas excessivas no setor elétrico levado a cabo mostra que é possível pôr a economia ao serviço das famílias e das empresas e acabar com as lamentáveis e ruinosas práticas de compadrio do passado.

Não queria terminar esta intervenção inicial sem enaltecer o patriotismo e a defesa do superior interesse público por parte daqueles que fizeram parte da minha equipa, durante os dois anos em que tive a honra de servir o País, no Governo. Em particular, gostaria de agradecer a independência e o serviço público do Henrique Gomes, do Artur Trindade, do Tiago Andrade Sousa, do Pedro Cabral, da Teresa Oliveira, do Rui Fonte, da Filipa Santos e de tantos e tantos outros e outras, que me ajudaram a lutar contra um dos *lobbies* mais poderosos do País. O seu patriotismo, a sua independência face aos *lobbies* e aos grupos de interesse, bem como a sua dedicação à causa pública, foram sempre uma fonte de enorme inspiração.

Estou, agora, à vossa disposição para responder às perguntas das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor.

Hoje, de acordo com a nossa rotatividade, cabe ao Partido Comunista Português iniciar a primeira ronda.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra, por 8 minutos, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Álvaro Santos Pereira, agradecendo, desde já, a colaboração que pode trazer a esta

Comissão de Inquérito, e antes de lhe colocar as questões que trouxe para esse efeito, gostava de esclarecer uma outra questão, que pode parecer de semântica, mas, na verdade, não é bem.

Ficou claro, desde já, na sua intervenção inicial e também noutros momentos noutras intervenções, que o Sr. Doutor tem, de uma forma muito clara e taxativa, assumido esta questão das rendas excessivas como uma existência e até tem vindo a utilizar muitas vezes a própria expressão.

Só para estabelecermos aqui uma questão de datas, o senhor recorda-se de quando é que ouviu falar, pela primeira vez, em rendas excessivas?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Penso que foi logo no início de funções do Governo. Como referi, na primeira semana, antes de ter secretários de Estado e assessores, percebi que íamos ter uma bomba-relógio a nível de preços, numa altura em que o País e as famílias estavam a passar por muitas dificuldades. E, logo a seguir, quando percebemos e fizemos um modelo do que iria acontecer e vimos quais eram as rendas e os privilégios que os produtores tinham, foi nessa altura que se começou a falar sobre rendas excessivas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Como sabe, recorda-se certamente, o PCP, ao longo dos anos, chamava a atenção para aquilo que sempre designámos por superlucros ou lucros de monopólio e a expressão «rendas excessivas» naturalmente remete para aquela ideia do capitalismo rentista.

A minha questão é esta: essa exata expressão, que aparece, quer na medida do Memorando da troica que, designámos por «pacto de agressão», quer no próprio relatório que, depois, foi produzido pela secretaria de Estado do seu Ministério, surge em que momento? Essa expressão «rendas excessivas» surge em que momento? E quem é que a introduz no léxico e no debate do trabalho do Governo?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sinceramente, não me recordo exatamente quando é que foi introduzida, mas foi nos primeiros meses do Governo que esse léxico começou a ser utilizado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que esta questão, parecendo de rodapé, por vezes, tem surgido nos trabalhos desta Comissão e daí a pergunta.

O senhor, há pouco, dizia — e julgo que tomei nota e que não me enganei — que os que festejaram a demissão de Henrique Gomes da secretaria de Estado, rapidamente perceberam que lhes tinha «saído o tiro pela culatra».

Entretanto, o Eng.º Henrique Gomes já tem vindo a designar aquilo que depois acabou por acontecer, como os cortes nas rendas excessivas apresentadas como tal por parte do seu Ministério na altura, como tendo sido (e vou citar) «engenharia financeira», «mistificações dos pacotes de cortes», dizendo que o incumbente, a EDP, ficou intocado.

Como é que o senhor considera estas críticas que o Eng.º Henrique Gomes proferiu acerca do que vieram a ser, depois, as decisões que foram tomadas?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sinceramente, como já tive oportunidade de lhe dizer pessoalmente, acho que ele está errado porque se todos os produtores tiveram consequências ao nível dos cortes das rendas da energia, certamente que o incumbente foi dos que foi mais afetado, não tenho dúvidas sobre isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, considera que há aqui uma leitura errada do Eng.º Henrique Gomes?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, a questão de que estamos a falar nesta Comissão é a seguinte: primeiro, quem é que está a disputar os cortes? Se os cortes, no fundo, o primeiro, de 2100 milhões e, logo a seguir, o de 1500 milhões, são ou não verdadeiros? Se me mostrar que esses cortes não são verdadeiros, então,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Doutor, se me permite, quem define quais são as questões da Comissão de Inquérito é ela própria.

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — É lógico.
Estou a responder-lhe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Fiz-lhe uma pergunta sobre se o senhor considera que o Eng.º Henrique Gomes tem uma leitura errada, é só isso que...

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Estou a responder-lhe.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Apresentem provas em como estes cortes não foram feitos.

Como disse, a grande prova de que estes cortes estão a ter impacto é que, pela primeira vez, temos um *superavit* ou um excedente tarifário; a dívida tarifária já desceu, desde 2015, mais de 2000 milhões de euros; e estamos, pela primeira vez, a ter tarifas reguladas que permitiram uma descida de preços.

Quer mais prova do que o corte das rendas de energia tem tido um impacto? Acho que não preciso de mais provas.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há mais aspetos sobre esta questão que teremos tempo de tratar, mas, para já, há uma pergunta que gostava de colocar ainda antes de passar a outras perguntas.

É uma pergunta que tem a ver com o episódio que o Eng.º Henrique Gomes também relatava e que tem um cruzamento com o que o Sr. Doutor há pouco contava sobre o momento em que o Eng.º Henrique Gomes, enquanto Secretário de Estado começou — penso que a expressão que usou também foi esta — a afrontar e a denunciar de uma forma mais agressiva o setor eletroprodutor. Foi assim que se referiu há pouco na sua intervenção inicial.

Pergunto se foi nessa altura que fez aquilo que o Eng.º Henrique Gomes relatava, dizendo que o senhor, enquanto Ministro, na relação com ele, ficava muito atrapalhado e dizia «Henrique, já lhe disse várias vezes, não pode falar em rendas excessivas, está proibido de falar em rendas excessivas».

Corresponde a essa altura, e qual é a razão dessa proibição que transmitiu ao Secretário de Estado Henrique Gomes?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — O Sr. ex-Secretário de Estado Henrique Gomes disse muito claramente nesta Comissão que a única divergência que existia comigo era tática.

Ou seja, quando perdemos internamente a batalha da contribuição por causa da privatização tínhamos de cortar de outra maneira. Portanto, o que tínhamos de fazer era arranjar uma alternativa para isso acontecer.

Muito importante foi obviamente o relatório que foi entregue à troica identificando e confirmando as rendas excessivas. Logo a seguir, o que tínhamos de fazer era «vamos cortar nos outros lados, já que não podemos avançar com a contribuição».

O Henrique continuou a pensar que a contribuição era a solução, mas, acima de tudo, decidiu que a melhor maneira era vir para a praça pública, como disse, denunciar ou falar sobre estas rendas excessivas.

Aconselhei a que tivesse um pouco de calma, porque iríamos conseguir fazer o mesmo, se fizéssemos as coisas nos bastidores.

O que tínhamos de fazer era o seguinte: primeiro, identificar onde podíamos substituir a contribuição por outros cortes e, depois, atuar, quer unilateralmente — como fizemos, por exemplo, na garantia de potência —, quer através de negociações, como teria de ser feito as negociações, por exemplo, nos CMEC. Portanto, tinha de ser feito das duas maneiras.

A melhor maneira de fazer negociações não é...

Vou dar-lhe um exemplo muito concreto. Por exemplo, fui responsável pelo acordo de concertação social que foi feito em 2012, uma altura muito difícil para o País. Para conseguirmos chegar ao acordo de janeiro de 2012 com os parceiros sociais estivemos meses a negociar com eles, não só à frente das câmaras da concertação social, mas também nos bastidores.

Quando se fazem negociações, quando se tenta fazer reformas, não vale a pena vir gritar para as câmaras «vou reformar, vou fazer isto», não, faz-se de uma forma... Muitas vezes tem de ser feito nos bastidores para preparar exatamente o ataque, e foi isso que fizemos.

A minha única divergência com o Henrique foi exatamente se devíamos falar primeiro ou depois. Preferi, e foi isso que lhe aconselhei, «vamos primeiro atuar e preparar o pacote de rendas, cortar as rendas e, depois, logo a seguir, fazemos o barulho que temos de fazer». Foi exatamente isso que fizemos e foi a única diferença que tivemos ao nível de tática.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado.

O senhor teve várias frases pelas quais se notabilizou, uma delas que «twittou», já aqui há uns tempos, que foi «o compadrio de política e de privados levou-nos à bancarrota».

Recordamo-nos sempre, vem sempre à memória uma fotografia particularmente significativa da revista da EDP de março de 2012, do Conselho Geral de Supervisão da EDP, com quatro ministros do PS, do PSD e do CDS, mais o ex-ministro, que é o CEO, o António Mexia, vários banqueiros e líderes de grupos económicos privados.

Coloco-lhe esta pergunta: não considera que a sua justa crítica é contraditória com a atuação de um ministro da economia de um governo que, ao finalizar a privatização da EDP e ao liquidar a *golden share* contribuiu, de uma forma decisiva, para que aquela fotografia fosse possível?

Há aquela expressão popular que é «entregar o ouro ao bandido», conhece, não é? Costuma ouvir-se esta expressão.

O Governo a que o senhor pertenceu entregou a EDP e, depois, refere-se esta questão das ligações mais ou menos promíscuas entre o poder político e o poder económico. Como é que entende esse confronto entre a crítica e o que veio a acontecer?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sinceramente, não estou a ver a ligação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Era o que temia.

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sou a favor de empresas privadas, de que a economia... Está provado em vários países que não é nacionalizando as empresas, não é tendo o Estado a interferir nas empresas que se diminui o compadrio ou a corrupção. Basta olhar para a Venezuela, Sr. Deputado! Veja qual é a catástrofe que acontece quando o Estado domina

completamente as empresas, e especialmente, as empresas de energia. É uma tragédia!

Aquilo de que sou a favor é que essas empresas sejam privatizadas, estejam nas mãos dos privados. No entanto, tem de haver reguladores fortes e independentes.

Sobre o que está a dizer, dou-lhe a razão, digo-lhe que, certamente, nunca me vai encontrar num conselho de administração de uma empresa como a EDP. Isso vai contra os meus princípios, tem de haver uma divisão entre o privado e o público é tão simples como isso!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Na capa da referida revista da EDP, com um grafismo bonito, escreve-se «A maior privatização de sempre: António Mexia reconduzido; Eduardo Catroga eleito Presidente do Conselho Geral e de Supervisão. A caminho do futuro».

Se calhar, a capa mais rigorosamente deveria dizer «A caminho de um bom futuro para Mexia e Catroga e outros administradores, com bons ordenados, e para os investidores da EDP, com grossos dividendos decorrentes de lucros anuais de 1000 milhões de euros, como se evidencia pelas contas anuais da EDP».

O então Ministro da Economia mandou fazer alguma avaliação dos impactos e dos efeitos da privatização total e da eliminação das *golden shares* da EDP e da REN, nomeadamente nas funções de soberania do centro de despacho da REN?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Primeiro, o fim das *golden shares* era um *benchmark* do Memorando de Entendimento. Isso o Estado português tinha de fazer.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Independentemente das avaliações e impactos que tivessem?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Acautelámos exatamente a questão do interesse do Estado através da questão dos ativos estratégicos.

Mais importante do que isso, ao reforçar a independência da ERSE, ao introduzir o poder sancionatório da ERSE, estamos a defender o interesse público e o interesse do Estado. Não é o contrário, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, perante a pergunta sobre se o seu Governo mandou fazer alguma avaliação dos impactos ou dos efeitos da privatização e total eliminação das *golden shares* da EDP e da REN, nomeadamente nas funções de soberania do centro de despachos da REN, a resposta é não?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Houve toda uma série de estudos que foram feitos ao nível do impacto da privatização, etc. É importante também por as coisas no contexto da altura.

Lembro que a EDP foi privatizada em oito fases. Só apanhámos a última fase.

É importante referir que, como disse, não só essas privatizações estavam no Memorando de Entendimento, como também era fundamental que elas corressem bem, para que Portugal saísse do período de pré-bancarrota em que estava.

Agora é fácil, em 2019, olhar para trás e dizer «porque é que fizeram isto e não fizeram aquilo?». Na altura, Portugal, todos os dias, a todas as horas, estava sob os holofotes dos mercados a entrar em climas de pré-bancarrota.

É preciso não esquecer o que aconteceu; também é importante não esquecer o que aconteceu antes e por que é que chegámos à questão da bancarrota. Em parte, como já disse várias vezes, chegámos à pré-bancarrota graças à corrupção e ao compadrio entre os privados e o Estado. Não tenho dúvidas sobre isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, a questão do centro de despachos da REN e a sua função de soberania neste processo da privatização foi equacionada por si?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não percebi.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esta questão do centro de despachos da REN e as funções que tem no sistema elétrico nacional, as funções de soberania que estão atribuídas a estas centrais de despacho, essa matéria foi equacionada pelo Governo?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Claro que foram equacionadas todas essas questões e quais eram as consequências para a economia nacional, claro que sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em algum estudo encomendado a alguém?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não, não, simplesmente tivemos vários pareceres e, certamente, foi uma das questões que foram debatidas internamente várias vezes, sem dúvida.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas, não sobre isto?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não me recordo exatamente sobre essa questão, em particular, mas posso verificar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Trata-se de uma empresa, chamemos-lhe assim, privada que tem um monopólio natural numa situação cujos capitais não têm riscos, cujos proveitos ou lucros são definidos administrativamente, cujos principais investimentos — as redes — são suportadas pelos seus clientes. Na sua leitura e no seu posicionamento na ciência económica, como é que o senhor considera ou enquadra o regime que veio a ser resultante das decisões que tomou em relação à REN?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Em todas as decisões ponderámos bem o interesse nacional, o qual foi perfeitamente defendido. Não tenho dúvidas sobre isso!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vou repetir: trata-se de uma empresa, numa economia supostamente capitalista, cujos capitais não têm riscos, cujos proveitos ou lucros são definidos administrativamente, cujos principais investimentos e ativos são suportados pelos clientes. Enquanto professor de economia que foi, e enquanto economista que é, como é que o senhor enquadra esta situação face às decisões que tomou sobre a REN?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — Como disse... Não retiro o que disse, as decisões foram tomadas tendo em linha de conta o interesse nacional e a eficiência económica, como acontece em muitos outros países. Portanto, é algo que aconteceu, e a privatização de uma empresa como a REN acontece em muitos países.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O senhor considera que o *lobby* da energia e o compadrio entre a política e os privados, de que tem vindo a falar, têm alguma coisa a ver com a demissão de dois Secretários de Estado da Energia, como foi o caso do Secretário de Estado Henrique Gomes, no Governo PSD-CDS? Encontra algum paralelo na demissão de Henrique Gomes e, mais recentemente, de Jorge Seguro Sanches? Encontra alguma coincidência, alguma questão relativamente ao afrontar da EDP?

O Sr. **Álvaro Santos Pereira**: — A demissão do Henrique Gomes não teve nada a ver com a questão de estarmos sob a influência dos *lobbies*, foi uma questão tática, só isso. Já expliquei isso.

Como disse, o Henrique, em primeira instância, quando não conseguimos aprovar a contribuição, ficou muito melindrado, pediu logo a demissão.

Na altura, disse-lhe: «Tenha paciência, espere um pouco, Henrique, porque vamos conseguir cortar na mesma», só que ele decidiu que era importante insistir na contribuição e, depois, também decidiu que a melhor maneira de enfrentar os *lobbies* era começar a fazê-lo na praça pública imediatamente. Também lhe disse: «Isso fazemos depois, não é já».

Não teve nada a ver com pressões da EDP, ou coisas do género, não teve nada a ver!

Já disse publicamente e escrevi que soube que houve pessoas que comemoraram a saída do Henrique Gomes.

Como acabei de dizer nesta Comissão, quem pensou que iria haver uma mudança na política energética, saiu-lhe o tiro pela culatra, porque não só o Secretário de Estado Henrique Gomes indicou muito claramente — ou, pelo menos, mostrou a sua preferência — o Artur Trindade para o substituir, como também toda a gente, todas as pessoas, todos os assessores que

estavam a trabalhar com o Henrique Gomes transitaram para a equipa do Artur Trindade.

Não houve mudança nenhuma na política energética e tudo o resto, ao nível de se dizer que o Henrique foi demitido por pressões da EDP, é um mito urbano. São teorias da conspiração que não fazem o mínimo de sentido, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço que seja distribuída cópia da intervenção inicial, visto que tem ali muita informação.

O Sr. **Presidente**: — Como é habitual, depois faremos essa distribuição.

Vamos prosseguir com a Sr.^a Deputada Helga Correia, do Partido Social Democrata, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Prof. Álvaro Santos Pereira.

Sr. Professor, na sua exposição inicial, falando da questão da privatização da EDP, disse que em finais de 2011 estávamos em situação iminente de bancarrota e que era importante que a privatização da EDP corresse bem, também para que tudo corresse bem com o nosso País.

No decorrer das várias audições nesta Comissão, o Sr. ex-Ministro da Economia Vieira da Silva referiu que entendia que o Estado não deveria ter saído do capital da REN, mas que a situação financeira do País obrigou a inscrever o compromisso de privatizar a totalidade da EDP e da REN no PEC 4 e, posteriormente, no Memorando de Entendimento com a troica.

Pergunto: como classificaria a situação financeira do Estado quando chegou ao Governo, em 2012?

Existia no Governo o entendimento de que a concretização das privatizações da EDP e da REN permitiria ao Estado um encaixe significativo e, como tal, as privatizações deveriam ser encaradas como uma prioridade absoluta?

Esta é uma opinião apontada ao Ministro das Finanças da altura, Vítor Gaspar e, aliás, por essa razão, a privatização da EDP — a CESE (Contribuição Extraordinária para o Setor Energético) — não poderia avançar.

Na altura, o Dr. Vítor Gaspar colocou completamente de parte essa questão? Isto é, inviabilizou o avanço da contribuição especial para o setor elétrico nesse momento ou impediu o avanço também para situações futuras? Foi «não agora» ou foi «nunca»? No entanto, os cortes avançaram!

Pedia os seus comentários, por favor.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr.^a Deputada, de facto, a situação do Estado era muito delicada, na altura. Não só era importante renegociar, quer as rendas da energia, quer as PPP (parcerias público-privadas), quer muitas outras coisas que foram feitas e que levaram à situação de descalabro financeiro do País, como era também importante arranjar algumas receitas que permitiriam atenuar a subida vertiginosa da dívida pública.

É preciso, mais uma vez, pôr as coisas em contexto. Havia a perceção, por parte de muitos mercados financeiros e por parte de muitas pessoas, de que a nossa dívida era insustentável, porque já estava superior a 130% do PIB. Portanto, era importante arranjar receitas para atenuar essa dívida e para... repare, na altura, Portugal não tinha acesso aos mercados e, para voltar a ter acesso aos mercados, precisava, em parte, de ganhar credibilidade, de ter uma boa política fiscal, para podermos dar a volta à situação.

O encaixe das privatizações era importante. Aliás, posso dizer que a troica fazia muita pressão para privatizar todas as empresas que estavam no Memorando de Entendimento, exatamente para, em parte, esse encaixe acontecer o mais depressa possível.

Em relação à segunda pergunta que me fez, sobre se o então Ministro das Finanças considerava que a contribuição especial poderia avançar no futuro, sinceramente, não me recordo de falar diretamente com ele sobre esta questão, mas, claramente, naquele contexto não era possível, segundo ele. Ele achava que era demasiado arriscado e como as coisas estavam demasiado difíceis para o País, qualquer percalço que acontecesse e qualquer obstáculo à privatização iria danificar a nossa credibilidade junto dos investidores e junto dos mercados externos. Por isso mesmo, ele assumiu uma atitude de extrema prudência e decidi não sancionar essa contribuição.

Sabíamos que íamos ter a oposição dele e, por isso mesmo, preparámos exatamente qual seria o impacto dessa contribuição na própria privatização.

Foram argumentos que, na altura,... como disse, ele estava com uma aversão a qualquer tipo de risco, que levasse a que as coisas pudessem correr mal na privatização, e fechou a porta. Foi por isso que não avançou, mas, como eu disse, foi acertado, claramente, que tínhamos de fazer estes cortes por outra forma.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Falando em rendas excessivas, o Sr. Professor começou a sua intervenção por isso mesmo, dizendo que a primeira vez que ouviu o termo foi nos primeiros meses depois de chegar ao Governo. No entanto, em novembro de 2011, o Eng.^o Henrique Gomes deu uma entrevista ao jornal *Diário Económico* onde referiu, e passo a citar, «promover a progressiva eliminação de apoios excessivos ou injustificados à produção».

Questionado nesta Comissão, sobre esta mesma matéria, o Sr. Engenheiro foi categórico ao assumir o que chamou de «paternidade do conceito ou da denúncia».

Questionado sobre o suporte técnico que, à data, sustentava esta afirmação, ele respondeu que era, apenas, uma percepção pessoal.

De seguida, na carta de intenções do Governo português à troica, em 9 de dezembro, o Governo mencionou a existência de rendas excessivas no setor da energia e, assim, a partir desse momento, passou a assumir-se oficialmente a existência das rendas, embora fundamentada apenas na convicção pessoal do então Secretário de Estado Henrique Gomes, ao que nos parece.

Só no fim de janeiro de 2012, após o estudo da *Rents in the Electricity Generation Sector*, é que, realmente, se começou a falar de rendas excessivas e de medidas que pretendiam aplicar para o cumprimento do Memorando de Entendimento.

A questão que lhe deixo é a seguinte: na sua opinião, por que motivo não existiu uma intervenção relativamente à troica nos setores elétricos de outros países intervencionados, como por exemplo o grego e o irlandês, apesar de os níveis de energia e de eletricidade naqueles países serem consideravelmente mais altos do que no nosso País?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Primeiro, penso que a troica, claramente... não comuniquei com a troica dos outros países, que estive na Grécia e na Irlanda, mas o problema, lá, não era tão grave como cá!

O problema é que, como eu disse, tínhamos uma situação explosiva em que, graças aos compromissos, às rendas e aos privilégios dados anteriormente aos produtores, iríamos ter, não só uma bomba-relógio prestes a explodir nas nossas mãos em relação aos preços, mas também a noção

muito clara de que, ao nível de paridades de poder de compra, tínhamos provavelmente o País com os preços mais elevados da Europa.

Aliás, acho que todos nós, quando pagamos as nossas contas de eletricidade ao final do mês, percebemos, em parte... acho que para as pessoas que estão lá em casa não é preciso falar em rendas excessivas! Quem paga a sua conta de eletricidade vê logo o impacto que estas rendas têm sobre o seu orçamento familiar, todos os meses.

Já vivi na América do Norte, já vivi em alguns países europeus, países muito mais ricos do que Portugal, em que a fatura da eletricidade é menos de metade ou um terço do que aquilo que pago em Portugal!

O preço da eletricidade em Portugal é um roubo para as famílias!

Porque é que este roubo existe? Por causa das rendas da energia, rendas que foram cortadas pela primeira vez pelo Governo e pelo Ministério onde estive. Repito: pela primeira vez.

Nunca ninguém, até então, tinha tido a coragem de cortar um cêntimo aos produtores de energia! Fomos nós os primeiros a fazê-lo e fizemo-lo porque estávamos a pensar nas famílias. Não estávamos a pensar que o preço da eletricidade iria baixar imediatamente, mas sim que, pelo menos, não iria subir tanto como estava projetado e, em segundo lugar, se as coisas fossem bem feitas, mais tarde seria possível baixar os preços.

Depois, fizemos outra coisa que estava no Memorando de Entendimento, mas que é importante: a liberalização do setor da energia.

Porque é que isto é importante? Acabar com os monopólios, sejam eles privados ou públicos, do setor elétrico ou do setor gás é importante porque quando há mais concorrência os preços baixam em todos os países. Nos países que fixam administrativamente os preços da energia, mais cedo ou mais tarde, isso vai parar à dívida pública ou vai parar a outro lado qualquer, encapotadamente.

Portanto, era fundamental fazer a liberalização dos preços da energia e do mercado para aumentar a concorrência, que está a dar efeitos, embora pense que no futuro ainda irá surtir mais efeitos. Já estão no mercado liberalizado mais de 5 milhões de consumidores e não tenho dúvidas de que no futuro teremos de fazer duas coisas: primeiro, fomentar a concorrência neste País, ao nível do gás e da energia elétrica; segundo, fazer as interligações entre Espanha e França, de uma vez por todas, para deixarmos de ser uma ilha elétrica onde alguns produtores mantêm quase monopólios nos países, o que é altamente penalizador para os consumidores.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, de quem partiu a ideia de aplicar estas medidas, neste contexto, ao setor elétrico? Foram da iniciativa da troica ou do Governo da altura?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Isto estava no Memorando de Entendimento, ao nível de rever as rentabilidades de todos estes produtores. Já havia a perceção de que haveria alguma coisa errada, mas as coisas que estavam no Memorando de Entendimento só iam para a frente se o Governo achasse que valeria a pena avançar.

A parte financeira é um bocadinho diferente, mas ao nível de reformas é muito fácil de ver o que se passou noutros países.

A primeira coisa que os gregos fizeram, por exemplo, depois de entrarem em assistência financeira, foi decidir não implementar as reformas que estavam no Memorando de Entendimento.

Nós fizemos exatamente o contrário. Decidimos que Portugal precisava de reformas, não por causa da troica mas antes porque Portugal precisava delas e, portanto, avançámos com essas reformas: laboral, de concorrência, de licenciamentos e de muitas outras coisas.

O mesmo se passou com as rendas da energia. Cortámos as rendas da energia, não porque a troica andou a encomendar este ou aquele relatório, mas sim porque, se não o fizéssemos, as famílias e as empresas iriam ficar numa situação ainda pior do que já estavam.

Íamos matar a competitividade da economia! Íamos fazer com que as famílias que já estavam em muitas dificuldades tivessem de pagar preços de eletricidade completamente insuportáveis, insustentáveis! Foi por isso também, para as famílias de menor condição, que avançámos e reforçámos o mecanismo da tarifa social.

Isso foi feito porque era urgente defender o interesse público, defender o País, e não por causa da troica.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, só para clarificar, para que aqueles que nos estão a ouvir percebam do que estamos a falar, falamos de cortes que foram impostos pelo Memorando de Entendimento, relativamente à privatização da REN e da EDP?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sim!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — É só para conseguirmos clarificar, porque muitas das vezes não conseguimos passar a mensagem para quem nos ouve em casa.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O Dr. Eduardo Catroga diz que não.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Dr.^a Deputada, poderia repetir, por favor.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Estava a perguntar se os cortes que foram impostos pela troica e de que estamos a falar são os cortes que estão no Memorando de Entendimento, relativamente à privatização da EDP e da REN.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Há dois temas diferentes, ou seja: há a privatização da REN e da EDP, que era importante para aumentar a eficiência do setor e para o encaixe financeiro; e, como muito claramente disse o ex-Secretário de Estado Artur Trindade, havia alguns objetivos que se opunham uns aos outros, pelo que ao mesmo tempo que fazíamos a privatização tínhamos, supostamente, que avançar com os cortes de rentabilidade. Isto, embora não houvesse nenhuma... só diziam «renegoceiem e tentem arranjar alguma coisa», não havia nenhuma identificação de quanto era preciso cortar.

Ainda bem que me fez essa pergunta, porque é importante esclarecer isto. Reitero o que disse no início: quando fomos para o Governo, o Estado não tinha um modelo para saber qual era o impacto nas tarifas das políticas energéticas que fazia!

Até chegarmos ao Governo, se o Estado quisesse saber o seguinte: «Se eu aumentar ou se cortar a garantia de potência em, por exemplo, 20 milhões, qual é o impacto nas tarifas?», o Estado não tinha esse modelo! O Estado, se queria saber qual era esse impacto, telefonava para a EDP e dizia: «Olhe, por favor, podia dizer-me quanto é que estes 20 milhões de corte na garantia de potência vão ter nas tarifas da eletricidade?».

Acha isto razoável? Acho inacreditável! Foi por isso que a primeira medida que fizemos foi, exatamente, um modelo em que o Estado pudesse estimar o impacto das políticas energéticas nas tarifas da eletricidade. Por isso, defendemos o interesse público desde o início.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, ainda bem que clarificou, porque muitas vezes estas questões ficam no ar e não se conseguem perceber claramente.

Mais à frente irei tocar na questão dos cortes, no entanto, a pergunta que lhe queria fazer agora é se tem conhecimento de algum estudo ou parecer, que não aquele de que falei anteriormente, preparado pela Secretaria de Estado da Energia em janeiro de 2012, que referia a existência das rendas excessivas ou dos custos excessivos no setor elétrico.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — O relatório que foi entregue à troica? O 5.15?

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Para além desse relatório, existia outro relatório que levasse à existência de rendas excessivas?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Acho que toda a gente no setor percebia — aliás, com certeza o regulador indicava isso muito claramente — que havia, no mínimo, custos, a que podemos chamar rendas excessivas, podemos chamar sobrecustos, podemos chamar o que quisermos, mas que toda a gente sabia que existiam e que tinham, ou que iriam ter, um impacto brutal sobre os preços da eletricidade, sobre isso ninguém tinha dúvidas.

O que fizemos com esse relatório — principalmente na preparação técnica, que foi feita por entidades independentes ao Governo e entidades que conhecem bem as questões noutros países — foi exatamente comparar as rentabilidades em Portugal e noutros países, nas diversas áreas de produção de energia.

Foi isso que foi feito. Pela primeira vez, estimámos quanto é que seriam estas possíveis rentabilidades excessivas de que os produtores elétricos estavam a beneficiar.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Professor, falando em cortes, durante o anterior Governo, foram implementadas várias medidas com vista à redução dos custos no setor elétrico e estas medidas foram aplicadas em três pacotes passados no tempo.

Durante o período em que foi Ministro, penso que terá sido concretizado um primeiro e principal pacote que permitiu uma redução superior a 2 milhões de euros nos custos do setor, nomeadamente: a revisão do regime tarifário de apoio à produção de energia em cogeração, que deu um corte de 996 milhões; a revisão do mecanismo de garantia de potência, que deu um corte de 443 milhões de euros; a revisão do regime de apoios à produção através das mini-hídricas, que deu um corte de 285 milhões de euros; a extensão dos prazos e a criação de uma contribuição voluntária das empresas produtoras de energia eólica, que deu um corte entre 100 e 250 milhões de euros; a alteração na taxa de capitalização na parcela fixa dos CMEC, que permitiu um corte de 205 milhões de euros.

Além destes cortes, foram também publicadas várias outras medidas que permitiram relevantes reduções do encargo com a energia para os consumidores, nomeadamente: a Portaria n.º 146/2013, que estabelece uma metodologia rigorosa de determinação da remuneração da dívida tarifária; o Decreto-Lei n.º 38/2013, que obriga a que 60% da receita de leilão de licença de emissão deva ser utilizada para compensar parte dos sobrecustos da PRE; o aumento do desconto concedido pela tarifa social, que passou de 4% para 34%.

Estas medidas totalizaram cortes superiores aos 2 milhões de euros num setor em que, de acordo com as suas declarações, era necessário enfrentar um dos mais fortes *lobbies* existentes em Portugal. Já referiu isso hoje, nesta audição.

Em relação a estas medidas, gostaria de começar por colocar-lhe as seguintes questões: na sua opinião, foi o Governo liderado pelo Dr. Pedro Passos Coelho o primeiro a enfrentar o *lobby* da energia? De todas estas medidas enunciadas, na sua opinião, quais foram as mais importantes e as mais difíceis de implementar? Quais foram as medidas que originaram mais pressões por parte do que chamou o «*lobby* elétrico»?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Como já afirmei na minha intervenção inicial, sem dúvida nenhuma que o XIX Governo foi o primeiro a ir contra os *lobbies* da energia. Não tenho o mínimo de dúvidas sobre isso.

Sei que nesta Comissão se tem falado de muitos temas, como por exemplo «qual é o valor dos cortes?», «é de 3000 milhões, ou 2000 milhões, ou menos, ou coisa do género». Espero bem que, à volta desta mesa, as Sr.^{as} e os Srs. Deputados não ponham em causa aquilo que acabou de dizer a Sr.^a Deputada: este foi o primeiro Governo e o primeiro Ministério da Economia que foi contra os *lobbies* elétricos nas últimas décadas, sem dúvida nenhuma.

Em relação às medidas mais difíceis, como disse, algumas medidas podíamos fazer unilateralmente e outras teriam de ser negociadas. É muito fácil dizer «vamos rasgar contratos» nas que tinham de ser negociadas, mas se rasgássemos contratos, o que iria acontecer imediatamente era o seguinte: a credibilidade do País, numa altura em que estávamos sob os holofotes internacionais, iria ficar muitíssimo afetada, mas, pior do que isso, fazia-se um número muito bonito, dizia-se «acabámos com estes privilégios», rasgavam-se contratos e passava-se que, logo a seguir, o Estado era posto em tribunal e ia perder muito mais logo em seguida.

Alguém ia fazer este número e, a seguir, o que aconteceria era que o Estado ia pagar muito mais por rasgar contratos. Portanto, isso não podia ser feito.

Em relação ao grau de dificuldade das medidas, sinceramente, sempre olhámos para este pacote de medidas de uma forma conjunta e não individualmente. Como é óbvio, houve produtores que gritaram mais, outros gritaram menos, mas perceberam que a determinação quer do Primeiro-Ministro, quer do Ministro, quer do Secretário de Estado, era uma determinação férrea de prezar o interesse público acima de tudo.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Na sua opinião, terá sido a evidência de que a sustentabilidade do sistema elétrico nacional estaria em causa o fator decisivo para que os produtores de energia aceitassem os cortes sem litígio nos tribunais?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Acho que tínhamos connosco, na altura, uma grande vantagem a nível negocial, embora tivéssemos cortado as rendas porque quisemos cortar as rendas e porque era essencial cortá-las. E a vantagem negocial era o memorando.

O «memorando de agressão», de que o Sr. Deputado Bruno Dias estava a falar, era um memorando com o qual a troica nos dava um poder e um instrumento fundamental de negociação contra os interesses instalados. Porquê? É que se não houvesse cortes, podíamos dizer à troica «ponham isto no Memorando de Entendimento, precisamos de atuar aqui contra estes senhores ou senhoras».

Foi isso que fizemos, nos bastidores, e utilizámos muitas vezes a troica para podermos dizer «se os senhores não aceitam estes cortes, provavelmente vai haver uma *prior action*, um *structural benchmark*, que vai fazer com que os cortes sejam ainda mais duros». Como eles também queriam a instabilidade regulatória, depois de muito barafustarem e de protestarem, perceberam que não havia volta a dar e que era preciso fazer estes cortes.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Três das medidas mencionadas, relacionadas com os CMEC, com os juros da dívida tarifária, com a revisão da garantia de potência, foram alcançadas através de um acordo com a EDP. Juntas, permitiram uma redução de custos superior a 650 milhões de euros sem nenhum litígio. O referido acordo ficou documentado por carta, o processo ficou integralmente depositado no arquivo da secretaria de Estado. Outros acordos terão sido estabelecidos entre outros Governos e as empresas do setor elétrico. A existência de tais acordos foi, de certa forma, confirmada pelo ex-Secretário de Estado Carlos Zorrinho, pelo ex-Ministro Vieira da Silva e explicitamente confirmada pelo Prof. Eduardo Catroga. No entanto, não há nenhuma documentação sobre a existência dos referidos acordos.

A pergunta que lhe faço é esta: faz algum sentido referir o acordo para a redução da taxa dos CMEC como sendo um acordo secreto?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sinceramente, quando ouvi essa do acordo secreto, só me pude rir, porque não consigo perceber como é que se pode dizer que houve um acordo secreto entre a EDP e o Ministério da Economia.

Como disse, se houve alguém que cortou as rendas da energia, o que foi contra os privilégios inusitados dos produtores de energia, fomos nós.

Era só o que faltava! Como tem havido em algumas teorias de conspiração, era só o que faltava que fôssemos acusados de estar em conluio com a EDP! Eu, que fui pessoalmente atacado várias vezes na imprensa, que fui constantemente atacado por pessoas que, muitas vezes, estavam ligadas aos produtores elétricos, era só o que faltava estarem com esta teoria do acordo secreto entre a EDP e o Governo. Era só o que faltava.

Sinceramente, quando ouvi essa teoria da conspiração, só me fez rir, porque acho que tem de haver um limite para o decoro, para a injúria e para a mentira!

Não houve acordo secreto. O ex-Secretário de Estado, o Dr. Artur Trindade, já explicou muito claramente o que se passou. Em várias comissões da economia e no próprio Plenário, explicámos que tinha havido acordo com os produtores e foi exatamente isso que foi feito.

Vou dar-vos outro exemplo, voltando à questão da concertação social. Para chegar ao acordo com a concertação social, passámos meses a negociá-la e, depois de negociá-la, o acordo que foi feito não foi uma lei. Foi um acordo que foi plasmado num texto, certo?! Depois, esse texto é transmitido e posto numa lei, em que todos os parceiros sociais concordaram com todas as vírgulas que lá estavam.

Quando se fala em negociar com os produtores de energia, no fundo, tem de ser isso, tem de se chegar a um acordo. Se tem de haver acordo sobre certo número de coisas que não é possível fazer unilateralmente, tem de se chegar a um acordo e, depois, plasmar isso nas portarias e nos decretos-lei.

Foi isso que foi feito. Como disse o Dr. Artur Trindade, muito claramente, e remeto para as suas declarações, não há maior transparência do que os decretos-lei e as portarias que foram publicadas, plasmando os acordos que foram acertados com os produtores de electricidade, sabendo que houve muitas decisões unilaterais nossas, a nível da garantia de potência, etc., que penalizaram, e de monta bastante grande, os próprios produtores.

O Sr. **Presidente**: — Dou a palavra ao Sr. Deputado André Pinotes Batista, do Partido Socialista, para continuar a inquirição.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, caros Deputados, Sr. Professor, seja bem-vindo.

Confesso-lhe alguma estranheza relativamente a algumas declarações que aqui fez, mas gostaria de começar por uma questão prévia: falou várias vezes sobre o Memorando de Entendimento. Eduardo Catroga, há pouco

tempo, nesta mesma Comissão, disse: «O Memorando de Entendimento não eram ditames, podia ser modificado a qualquer momento».

Na sua experiência governativa, era assim que o concebia?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Em primeiro lugar, o Partido Socialista deve conhecer bem o Memorando de Entendimento, porque foi o Partido Socialista, o Governo de então, que o negociou. Portanto, presumo que conheçam bem o Memorando.

Em segundo lugar, o Memorando de Entendimento tinha alguns *prior actions e structural benchmarks* que, se não fossem aprovados, os montantes não eram desembolsados para Portugal.

Nas primeiras *reviews* do Memorando de Entendimento... Como disse, temos de pôr as coisas em perspetiva, pois havia muita desconfiança por parte dos credores internacionais sobre o que se tinha passado na Grécia, portanto, pensavam que éramos da mesma fibra e que havia problemas. Havia muita desconfiança. Por isso, as primeiras revisões foram, em muitos aspetos, muito mais exigentes do que as mais à frente. Tenho a certeza de que, quando saí do Governo, as últimas foram certamente bem mais agradáveis do que as primeiras.

Posso dar-lhe um exemplo: nas últimas interações que tivemos, a troica tentou argumentar que devíamos baixar o salário mínimo nacional, pelo menos para os jovens.

Eu, na altura, porque já tinha feito uma reforma laboral e já tinha feito muitas outras reformas, disse-lhes: «Não, senhor!» Não, porque, primeiro, eles não sabiam... Eu perguntei-lhes: «Vocês sabem qual é o salário mínimo nacional?» Era inaceitável baixar o salário mínimo nacional! E perguntei-lhes: «Vocês conseguiriam viver com o salário mínimo nacional?»

Na altura, dissemos: «Nem pensar!» Se tivesse sido em 2011, certamente teríamos dito: «Nem pensar!», mas teria sido muito mais difícil.

Ou seja, em 2013 e 2014, Portugal já tinha ganhado uma credibilidade que não tinha no ano de 2011.

O que isto quer dizer é que, principalmente depois da segunda, da terceira, da quarta *review*, depois de Portugal ter mostrado que tínhamos feito as reformas que tínhamos de fazer e não fingimos que as tínhamos feito...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não, não! Foram muito mais além das reformas!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não tenha o mínimo de dúvida sobre isso, Sr. Deputado.

Sabe porquê? Porque fomos cortar a burocracia, por exemplo, ao nível do licenciamento zero, como nunca ninguém tinha cortado, fomos cortar as rendas da energia como nunca ninguém tinha tido a coragem de as cortar, fomos contra os *lobbies* das PPP como nunca ninguém tinha ido, fomos contra os *lobbies* dos casinos como nunca ninguém tinha ido, fomos contra muitos outros *lobbies* como nunca ninguém tinha tido a coragem de fazer.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não tenha o mínimo de dúvida de que foi isso mesmo!

Voltando à questão do Memorando de Entendimento, posso dizer-lhe, também muito claramente, que, depois de ganharmos alguma credibilidade, conseguíamos pôr algumas coisas no Memorando de Entendimento, caso fossem reformas estruturais, que no início do Memorando não se podiam pôr.

Dou-lhe um exemplo: se vir, a partir da quarta ou da quinta *review* — não me lembro bem —, incluímos um capítulo no Memorando de Entendimento totalmente dedicado à reforma...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Por este caminho aí da chega a presidente do PSD.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, não tenho interferido quando os Srs. Deputados fazem as perguntas, portanto, agradecia que também não interferisse.

Gostaria de dizer, então, que o que se passou, na altura, foi que conseguimos introduzir algumas coisas importantes no Memorando de Entendimento.

A questão das rendas excessivas foi introduzida de forma mais proeminente no Memorando graças à nossa ação e a questão dos licenciamentos zero foi introduzida na quarta ou na quinta *review*. Não havia nada sobre licenciamentos no Memorando de Entendimento e fomos nós que incluímos um capítulo inteiro sobre essa questão, assim como sobre a reforma do ordenamento do território e a reforma da avaliação de impacto ambiental.

Portanto, depois de ganhar credibilidade, havia essa margem para pôr algumas coisas no Memorando, mas, obviamente, havia outras áreas, nomeadamente ao nível das finanças, em que não havia margem nenhuma. Portugal estava no estado lamentável em que estava, na altura.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, li no seu *Twitter* — não me leve a mal, siga-o atentamente — que vinha aqui, hoje, denunciar os *lobbies* fortíssimos que existem nas energéticas.

Porém, Artur Trindade não reiterou esses *lobbies*, dizendo, até, que alguém tinha induzido a troica em erro — mas já lá iremos —, e Eduardo Catroga disse que não só não existem *lobbies* como existem *lobbies* fortíssimos contra a EDP.

Quero dizer-lhe que conheço o Memorando de Entendimento, não conhecia era este Álvaro Santos Pereira de voz grossa, que — sem o pôr em causa, de forma alguma, e não me leve a mal — não encontrei no Governo. Mas essa é uma consideração minha, não a leve como pessoal, e deixe-me dizer que o admiro, porque acho que isso é importante para os esclarecimentos que aqui prestou. Tenho apenas receio de que chegue a líder do PSD, mas isso é um receio meu.

Queria deixar-lhe uma questão muito concreta...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Isto é uma comissão de inquérito!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Agora já passou dos limites!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, quem estabelece os limites nesta sala sou eu, que sou o Presidente desta Comissão.

Se não houver condições para prosseguirmos esta audição, como temos feito em tantas outras, suspendo os trabalhos para os Srs. Deputados arrefecerem e voltamos.

Isto estava a correr muito bem e não há razão nenhuma para que não continue com o timbre que tem havido desde que assumi funções nesta Comissão. Por isso, peço a todos um esforço para que mantenham o procedimento que sempre tiveram, nestas audições.

Sr. Deputado André Pinotes, faça o favor de continuar a colocar as suas questões.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Professor, terá da minha parte toda a lisura, ainda que o tom seja aquele que eu entender apropriado, no respeito pelo que o Presidente acabou de dizer, que seguirei. Mas, como tem sido duro na forma como tem conduzido estas suas intervenções, também o serei, na medida do respeito, como o Sr. Presidente disse.

Permita-me que lhe faça a pergunta que ia fazer e não fui capaz. O ex-Secretário de Estado Artur Trindade considera que, por falta de conhecimento, a troica foi induzida em erro, nomeadamente ao aceitar a tese da existência de rendas excessivas.

Gostava de lhe perguntar a sua opinião sobre isto, porque estamos a falar de um Secretário de Estado do seu Ministério, à data.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Em primeiro lugar, já agora, gostaria de responder ao seu comentário sobre eu ser líder de algum partido.

Sr. Deputado, eu sou independente, não sou filiado em nenhum partido. Eu fui para o Governo para defender o interesse nacional, não fui para o Governo para defender nenhum partido nem o interesse de nenhum partido. Eu fui para o Governo para lutar contra os *lobbies* e para fazer reformas, e foi isso que foi feito. É importante referir isto, só para lembrar que não estou filiado em nenhum partido.

Em segundo lugar, sinceramente, acho que não foi isso que o Sr. ex-Secretário de Estado Artur Trindade disse. Se me lembro bem do que referiu nesta Comissão, ele simplesmente disse: «Não sei se o termo ‘rendas excessivas’ se aplica ou não, mas a verdade é que, ...» — posso tentar citar, porque, sinceramente, foi algo que ele referiu, e bem — «... no mínimo, havia demasiados mecanismos de ajudas aos produtores.»

Pode chamar-lhes «rendas excessivas», pode chamar-lhes «sobrecustos», pode chamar-lhes «privilégios», pode chamar-lhes «roubo», mas a verdade é que existiam rendas excessivas, e o Sr. ex-Secretário de

Estado Artur Trindade claramente disse isso. Pode ter-lhes chamado outros nomes, mas é a mesma coisa.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Tenho o maior respeito por todas as pessoas que prestam serviço público, como o Sr. Professor prestou.

Pergunto-lhe se, de alguma forma, entende que foi o combate que travou contra os grandes *lobbies* que o fez sair do Governo. Esta é uma pergunta importante.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Vamos, então, a Henrique Gomes, que já assumiu que sim, que saiu do Governo por causa deste combate contra os *lobbies*.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Faço-lhe já a pergunta e, se eu disse alguma imprecisão, até lhe agradeço que corrija, para não a repetir mais.

Sobre a lei da rolha energética, Henrique Gomes disse aqui, nomeadamente, que não podia usar determinadas expressões, que estava proibido de falar de rendas excessivas, que o Sr. Ministro exigia, ou pedia — peço desculpa, porque quero ser mesmo preciso —, ler os discursos dele antes de ele os fazer e que o proibiu de falar antes de uma ida ao ISEG (Instituto Superior de Economia e Gestão).

Gostava que comentasse isto e que aproveitasse para o retificar, no caso de ser menos verdade aquilo que foi aqui dito.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Em primeiro lugar, o Sr. ex-Secretário de Estado Henrique Gomes não foi demitido por causa dos *lobbies* nem nada que se pareça. Já disse isso e vou reiterá-lo.

Primeiro, o Sr. ex-Secretário de Estado Henrique Gomes saiu porque se demitiu quando a contribuição especial não avançou, tendo sido acertado com o Primeiro-Ministro que ele sairia assim que fosse possível, e, segundo, saiu porque lhe pedi, para conseguirmos ter margem comercial com os produtores e, principalmente, para prepararmos a estratégia de cortes. Como referi anteriormente, a melhor maneira de o fazer não era ir para a praça pública berrar contra os produtores nem era criticar as finanças, numa altura em que estávamos numa situação muito difícil.

Portanto, pedi-lhe: «Henrique, por favor, tenha calma com as suas declarações... Henrique, tenha paciência, que lá chegaremos... Vai ver, confie em mim, que vai lá chegar.» Ele decidiu insistir e, então, eu disse-lhe: «Henrique, talvez esteja na altura de fazermos aquilo que tínhamos combinado.» Por isso, como disse, pedi-lhe para identificar alguém para o substituir, acertámos a saída dele, mantivemos a equipa toda e mantivemos o corte nas rendas da energia como sendo totalmente prioritário.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, então, muito rapidamente, Henrique Gomes saiu porque era excessivamente polémico, saiu porque era preciso negociar, saiu porque não houve CESE, que Vítor Gaspar vetou, dado que estávamos num estado de necessidade e, portanto, não podíamos implementar a CESE.

É isto? Ou estou a ser abusivo?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Quando se faz política pública e quando se faz política no Governo, muitas vezes, a primeira opção que aparece pela frente não é possível e, às vezes, nem a segunda nem a terceira

são possíveis, mas é importante continuarmos na mesma direção, se temos razão. Foi isso que tentei explicar ao Henrique.

Como disse, nutro a maior estima pelo Henrique e ficámos muitíssimo bem relacionados, no seguimento da nossa experiência governativa. Eu não o conhecia antes e, como disse, admiro-o bastante pela sua frontalidade e pelo seu espírito de sentido público, mas, como ele disse nesta Comissão, discordávamos principalmente por uma questão tática, não sobre o que fazer.

Queria só dar-lhe dois exemplos sobre o Henrique, porque parece que existe esse mito de não termos feito aquilo que tinha acertado.

Quando saí do Governo, o Henrique convidou-me para estarmos juntos e surpreendeu-me, até porque estava com a equipa toda para me agradecer aquilo que tinha sido feito no setor da energia.

Quando o Governo a seguir — eu já não estava no Governo — avançou com a CESE, telefonei ao Henrique e disse: «Henrique, está a ver? Eu tinha razão, mais cedo ou mais tarde, isto ia para a frente.» Portanto, era uma questão de tempo e de paciência.

Antigamente, dizia-se que «Roma e Pavia não se fizeram num dia». Quando se vai contra os *lobbies*, tem de se perceber que, às vezes, se perdem batalhas, mas o que interessa é ganhar a guerra, e nós ganhámos a guerra.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, o PSD já falou desta questão, na sua intervenção, mas acho importante voltar a clarificá-la.

Houve ou não dois estudos relativamente às rendas excessivas, um feito por Henrique Gomes e outro, supostamente, feito nas suas costas? Devo dizer que a expressão «feito nas suas costas» não é minha, já saiu na comunicação social.

É muito importante perceber isto: houve um estudo de Henrique Gomes e houve um outro que foi entregue ou não?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não, o estudo é o mesmo.

Vamos lá ver, o que se passou com muitos relatórios que foram entregues à troica — aliás, como se passa, certamente, nas comissões parlamentares e noutros lados — foi que houve uma primeira versão. Acho que o Henrique explicou exatamente como isso foi feito.

No fundo, estávamos com prazos muito apertados. Foi feita uma primeira versão, que tinha de ser entregue até 31 de janeiro, mas que foi... Obviamente, quando tínhamos qualquer tipo de documento, mesmo da reforma laboral ou da reforma da concorrência, tínhamos sempre várias camadas e vários passos a tomar.

Portanto, os gabinetes faziam as leis, depois, os gabinetes dos ministros viam as leis, depois, as leis, muitas vezes — aliás, quase sempre —, eram vistas pelas finanças, pela ESAME (Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos), pelos outros ministérios e, depois, a troica via essas leis ou esses relatórios.

Foi exatamente isso que aconteceu, ou seja, a primeira versão — sei que os Srs. Deputados a têm e eu também trouxe as duas versões —, que era só do Ministério da Economia, teve comentários e alterações sugeridos pelas finanças e pelos outros ministérios e, depois, as mesmas pessoas do Ministério da Economia que escreveram a primeira versão reescreveram o relatório, que saiu a 9 de fevereiro.

É importante dizer também, mais uma vez, que um relatório é um relatório e o que interessa é a ação. Como disse na minha intervenção inicial, o que foi identificado nesse relatório das rendas excessivas foram exatamente as rentabilidades extraordinárias que existiam nos vários setores e vimos qual era o valor que correspondia a cada diferencial de taxas de rentabilidade.

Como eu disse antes, nós tínhamos identificado cerca de 2,1 mil milhões de euros em rendas de energia entre 2012 e 2020 e 1400 milhões de

euros entre 2007 e 2011. Os de 2007-2011 não podíamos cortar, mas cortámos os outros. Foi tão simples como isso.

Portanto, cumpriu-se o que foi estabelecido no relatório e cumpriram-se os cortes que esse relatório identificou.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, agradeço os seus esclarecimentos.

Além destes relatórios, que diz serem versões diferentes do mesmo, houve um estudo da NERA (National Economics Research Associates). Uma vez que disse que os estudos eram mais importantes do que os relatórios, pergunto-lhe se foi o relatório já referido — que afinal não são dois, é um — que ditou mais a sua ação ou se foi o estudo da NERA que mais o influenciou.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Vamos lá ver: o que ditou mais a minha ação e a ação do meu Ministério foi que, se não atuássemos, as empresas iam pagar mais 50% no preço da eletricidade só num ano e, a partir daí, mais 7%, todos os anos; o que ditou a minha ação foi que as famílias iam ver o preço da eletricidade aumentar 30% num ano e, depois, 5% a 7%, todos os anos. Isso é que ditou a minha ação!

Se lhes chama «rendas», «sobrecustos» ou o que quer que seja, não interessa! O que interessava era parar com a escalada vertiginosa, completamente escandalosa também, dos preços da eletricidade que ia acontecer. Isso é que ditou a minha ação. Foi a preocupação com as famílias e com a competitividade da economia nacional.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sobre o estudo NERA o Sr. Professor não me respondeu.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Tenho de relembrar. Se não me engano, acho que o estudo NERA está no relatório que a Comissão tem. Não é disso que está a falar?! E então?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, fiz-lhe uma pergunta. Perguntei-lhe se o estudo NERA teve influência nas decisões que veio a tomar.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Todos os estudos técnicos que encomendámos confirmaram aquilo que nós já suspeitávamos, que havia rendas excessivas e que era preciso atuar.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, disse aqui «ninguém antes de nós, o XIX Governo, combateu os *lobbies* como nós combatemos». Ouvindo as suas palavras, quase que temos pena que não tenha cumprido o mandato até ao fim, e tenho de lhe fazer uma pergunta: dentro desse XIX Governo, houve duas políticas distintas, isto é, enquanto esteve no Governo, uma política e a seguir mudou-a ou manteve-se? Julgo que já aqui referiu isso mas acho que era importante clarificar.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — A política manteve-se.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É importante essa questão de a política se ter mantido e vamos, então, aqui ao Decreto-Lei n.º 35/2013, se me permite, que é de sua autoria, que é aplicado já quase no término do seu mandato, mas ainda no decurso das suas funções.

A aplicação no período adicional de cinco anos, após o termo dos referidos prazos, de uma tarifa de valor correspondente ao preço de mercado, tendo como limites mínimos e máximos os valores de referência de 74

€/MWh e 98 €/MWh respetivamente, isto no artigo 5.º, sobre os centros eletroprodutores eólicos. O valor de mercado é de 45 € e eu gostava de lhe perguntar se posso considerar que isto é cortar nos cortes? Isto é, o senhor tinha uma intenção, agiu num determinado sentido e, em 2013, é abusivo considerar que este artigo 5.º acaba por cortar nos cortes que queria fazer?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, eu acho que a melhor explicação que o Sr. ex-Secretário de Estado Artur Trindade deu nesta Comissão, eu não a posso dar. Portanto, remeto-o...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas isso é um negócio da China!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Remeto-o para a explicação do Dr. Artur Trindade. Ele explicou muito claramente que, primeiro, tem de tomar obviamente em linha de conta o Decreto-Lei de 2005, mas não só foi isso. Ele também explicou muito claramente que no entendimento dele e no nosso entendimento isto vai dar azo a um corte entre 100 a 250 milhões de euros destas rendas. Ponto final!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Percebe agora porque é que lhe perguntei se existiam dois governos? É que, de facto, o seu Secretário de Estado Artur Trindade disse isso, tal como acabou de dizer, mas o Secretário de Estado Henrique Gomes disse aqui que era um negócio da China. Por isso é que lhe pergunto: pode comentar estas afirmações dos dois secretários de Estado?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — O Sr. ex-Secretário de Estado Henrique Gomes, como o Artur Trindade explicou muito claramente,

provavelmente não conhece todo o articulado desse Decreto-Lei. É tão simples como isso. Daqui a uns anos pode chamar-me a esta Comissão novamente e vamos confirmar isto, *okay?! Podemos vir a esta Comissão ou a outra Comissão qualquer e vamos confirmar isto e vamos ver se, primeiro, os preços da eletricidade não continuam a baixar; segundo, se as rendas excessivas não foram cortadas; terceiro, se a dívida tarifária não vai para zero, como nós projetámos.*

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, eu muito agradeço a franqueza com que tem respondido e digo-lhe isto com sinceridade, porque o objeto desta Comissão é mesmo apurar a verdade sobre as rendas excessivas, se existem ou não e como é que elas se processam, mas, de facto, o seu Secretário de Estado Henrique Gomes não conhecia o artigo 5.º, o que é estranho, porque ele disse — e desde já peço públicas desculpas se o citar mal — foi que o articulado que veio encontrar era aquele que a EDP lhe tinha proposto ou que ele achava que a EDP queria fazer.

Sr. Professor, eu até peço desculpa se, de alguma forma, citei mal. Eu já me auto desminto, mas foi esta ideia com que fiquei.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — O Sr. Secretário de Estado Henrique Gomes não disse isso!

O Sr. **Presidente**: — Se disse, mentiu.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Em segundo lugar, o que está a dizer sobre esse articulado é mentira! Ponto!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Muito lhe agradeço! Muito lhe agradeço! Estou a confrontar com aquilo que foi a perceção que tive. Se

assim não foi, temos as atas, verificaremos. Muito lhe agradeço a sua resposta.

Queria também perguntar-lhe o seguinte: relativamente à Portaria n.º 85-A/2013, de 27 de fevereiro, onde se reduzia a taxa de remuneração da parte fixa dos CMEC, houve uma alteração de 81 para 67 milhões de euros anuais, mas não foi especificado. Isso já aqui foi questionado por vários Deputados, não foram especificadas as contrapartidas nem foram elencados os pressupostos. Podia ajudar-nos a perceber que contrapartidas foram dadas à EDP, se é que foram?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Reportando-me às declarações do ex-Secretário de Estado Artur Trindade, dizer que a EDP teve contrapartidas do Governo português quando nós cortámos mais de 500 milhões de euros às rendas de energia da EDP acho que só pode ser uma brincadeira.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Professor, não me leve a mal, as perguntas não são brincadeiras. Isto é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, às vezes, até as perguntas mais desconchavadas podem ser importantes para esclarecer o que outras pessoas já aqui disseram. É que nós já aqui ouvimos de tudo um pouco: que há *lobby* e que não há *lobby*, que há rendas e que não há rendas, que o nuclear era um *lobby* fortíssimo contra a EDP, que os ministros eram pressionados pela EDP... Já aqui ouvimos tudo.

Portanto, perceba que até as perguntas mais desconchavadas fazem sentido. E repare, as respostas que me está a dar e que tomo como boas remetem sempre para o que foi dito anteriormente e isso torna-se complexo na nossa análise — como dizia o Deputado Hélder Amaral, isto é uma Comissão de Inquérito —, porque as pessoas vão dizendo coisas que são contraditórias e, portanto, as remissões a quem já cá esteve têm esse perigo.

Gostava de lhe perguntar — e o senhor, na altura, já não estava em funções como Ministro — o seguinte: no Decreto-Lei n.º 32/2014 foram diferidos 240 milhões de euros de encargos relativos aos CMEC para o período de 2017/2018. Eu sei que já não estava em funções mas pergunto-lhe como encara este diferimento.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não vou comentar algo que não foi ação do meu Ministério. Eu não estava lá, como é que vou estar... Deixe-me só responder a uma coisa que acho importante. O Sr. Deputado disse algo de importante: sabe que uma das coisas em que fui mais acusado, aliás, gozaram uma vez quando um grande quadro da EDP me disse claramente — eu até tive de me rir às gargalhadas, sinceramente — foi que me acusaram que eu estava capturado pelos *lobbies* da energia contra a EDP! Era só o que faltava! Era só o que faltava! Eu estava capturado pelo interesse nacional. Eu estava capturado para lutar contra os *lobbies* de todos os produtores elétricos! Foi isso que foi capturado, não foi para estar capturado pelos *lobbies* energéticos! Era só o que faltava!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Uma última questão, na qual vou exprimir uma opinião pessoal, com todos os riscos que isso acarreta. De facto, o Dr. Professor, por aquilo que já aqui disse e aquilo que se pôde ver na altura, fez frente a *lobbies*, sim, senhor, é a perceção pessoal que tenho, mas que esse fazer frente a *lobbies* foi enfraquecendo de tal maneira que o senhor saiu do Governo, antes de sair o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Professor disse aqui que o XIX Governo foi o primeiro a combater estes *lobbies*. Faço-lhe duas perguntas: se depois de ter saído do Governo essa luta enfraqueceu? Sobre a segunda pergunta que gostava de lhe fazer, disse aqui que o setor energético foi expurgado de *lobbies*, isto é,

desde aquela altura da sua ação até hoje, considera que já não existem *lobbies* no setor energético?

Sr. Professor, muito obrigado pela franqueza com que me foi respondendo.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, também agradeço a sua franqueza, sinceramente. Acho que é exatamente desta troca de ideias que nós todos beneficiamos e a democracia é exatamente isso. E acho importante apurar a verdade das coisas.

Perguntou-me se houve alteração de política energética...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Se a luta enfraqueceu.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não, não! Vamos lá ver: eu saí do Governo por uma questão de uma crise política, não teve nada a ver com ser atacado por *lobbies* ou não. Claro que os *lobbies*, certamente, seriam não só os *lobbies* da energia, mas os dos casinos, das PPP e muitos foram os primeiros a abrir garrafas de champanhe, não tenho dúvidas disso!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Também no seu caso!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não faço a mínima ideia nem quero saber! Certamente ficaram satisfeitos por eu ter saído! Agora, em seguida, porque a política energética foi mantida, também apanharam uma surpresa porque, primeiro, o Artur e a equipa ficaram e, segundo, o Jorge Moreia da Silva a seguir veio e avançou com a contribuição especial. Portanto, a política de cortar quanto às rendas de energia continuou.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Ainda há *lobbies*?!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — É óbvio que há *lobbies*, na energia e noutros sítios. A grande questão é...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Foi o senhor que o disse!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Não, não disse, não! O que eu disse foi que fui contra os *lobbies*, que fui o primeiro a ir contra os *lobbies*. É diferente de dizer que não há *lobbies*, é óbvio que há *lobbies*, na energia e noutros sítios.

A grande questão é se os governos têm coragem ou não têm coragem de ir contra os *lobbies*? Os ministros e as ministras têm ou não têm coragem de ir contra os *lobbies*? Os ministros e as ministras têm ou não têm coragem de lutar contra a corrupção? Isso é que interessa!

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir.

Cabe, agora, ao Bloco de Esquerda e dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa, para fazer a sua inquirição.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Dr. Álvaro Santos Pereira, agradecer-lhe os esclarecimentos que aqui nos prestou. Isto é uma Comissão de Inquérito e, portanto, é mais sobre factos do que sobre opiniões e, por isso, vou cingir-me a eles e agradecer-lhe o facto de ter, precisamente, iniciado a sua intervenção com alguns números, que nos permitem ser objetivos sobre a matéria.

Uma das coisas que o Sr. Doutor disse — e peço-lhe que me corrija, porque os números foram enumerados muito depressa e posso ter tomado má nota — foi que a CESE representaria 1500 milhões de euros de contribuição dos produtores. Creio que foi essa a sua referência, não estou bem seguro,

mas creio que foi: «Nós fizemos cortes na ordem dos dois mil e tal milhões de euros mais 1500 da CESE».

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Os números não são meus, aliás, foram apresentados aqui pelo ex-Secretário de Estado da Energia Artur Trindade, que foi responsável também pela CESE.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A minha dúvida é exatamente sobre isso, porque a CESE, segundo o Dr. Catroga no seu livro, foi negociada pelo governo a que pertenceu para terminar no ano de 2017 ou de 2018 e, aliás, esse era o compromisso que o próprio PSD reafirmou no seu programa eleitoral nas eleições de 2015.

Portanto, se considerarmos que a CESE terminava em 2018, na versão maximalista são cinco anos de cobrança. Na cobrança real da CESE não percebo como se chega a 1500 milhões, dado que não é esse o valor anual da cobrança da CESE, ou seja, não corresponde ao valor anual da cobrança da CESE.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sinceramente, penso que os números que foram calculados foi exatamente o número de anos que se estima que vai ser preciso para também baixar a dívida tarifária, mas tem de perguntar isso ao ex-Ministro da Energia Jorge Moreira da Silva. Acho que não me cabe a mim responder.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito bem.

De qualquer modo, até 2018 a CESE não chegaria a metade desse valor. Vamos partir de cinco anos de vigência da CESE, que era esse o compromisso do Governo e foi isso que o PSD depois reafirmou.

Se fossem cinco anos de vigência, a EDP pagaria cerca de 300 milhões de euros de CESE, que pagou, agora com a atualização que fez acabou por pagar cinco anos de CESE, 300 milhões de euros.

Se somarmos a esses 300 milhões de euros os 120 milhões de euros do CMEC, que foi cortado pelo seu Decreto-Lei, ficamos com 420 milhões de euros. Se somarmos a esses 420 milhões de euros os 30 milhões que aproximadamente a EDP Renováveis pagou na contribuição, na mal chamada «contribuição», na verdade é uma compra, a própria EDP lhe chamou assim.

Com a compra da extensão do preço garantido, depois de 2020, ficamos com 450 milhões de euros. Isto é ainda muito menos de metade — muito menos de metade, 450 milhões de euros — daquilo que a EDP teria pago se a sua contribuição inicial tivesse sido aplicada, porque, como nos disse, se a contribuição cobraria 2100 milhões e sabendo nós que a contribuição se repartia pelos produtores, exclusivamente pelos produtores e em função da potência que cada um tinha no sistema elétrico nacional, então significa que a EDP ia pagar 1300 milhões de euros de contribuição.

A minha pergunta é...

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — A contribuição não era só para a EDP, era para todos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — De acordo, mas desses 2100 milhões, a parte da EDP seria 1260 porque a EDP corresponde a cerca de 60% da potência naquela altura. A contribuição recolhia 2100 e distribuía-se pelos produtores em função da potência. Portanto, é fácil saber que a EDP pagava 1250/ 1300 milhões de euros em função da potência que tinha.

Portanto, a EDP, de 1300 milhões de euros que teria de pagar na sua contribuição inicial, acabou por pagar, tudo somado, das várias contribuições

que fez, cerca de 500 milhões de euros, com boa vontade. Pode corrigir estes números?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Obviamente, não tenho aqui os números à frente. Mas, primeiro, deixe-me dizer que fico satisfeito, verdadeiramente satisfeito, quando vejo o Bloco de Esquerda a elogiar uma medida que foi avançada por um Governo que não é da vossa cor e eu acho que isso é importante...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Não somos sectários!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Mas eu acho que isso é importante.

Assim como eu saúdo não só o Bloco de Esquerda mas também o PCP que durante anos denunciaram o compadrio deplorável que existia entre os privados e o Estado. Portanto, estamos aqui na mesma luta!

Devo dizer que gosto e, sinceramente, fico satisfeito que o Bloco de Esquerda esteja a defender a contribuição que foi defendida pelo meu ministério no início e que, mais tarde, veio a ser adotada.

Em relação às contas do Sr. Deputado, podemos, obviamente, confirmar os números todos e chamar os técnicos para confirmarem esses números, mas só dos CEMC são 205 milhões, mais 300 milhões da CESE, pelo menos... Mas, repare, se for a 10 anos, como disse, é bem mais. É lógico! Mas mais: o Sr. Deputado está a esquecer-se da garantia de potência e dos outros cortes todos que foram feitos.

Repare: eu estou muito tranquilo em relação a esta matéria, porque, como já disse, primeiro, vou reiterar o que foi feito no Ministério da Economia e do Emprego na altura...

O Sr. **Jorge Costa** (PBE): — Mas eu pedia-lhe que voltássemos aos números. Começou pelos números e eu desafio a ficar nos números.

O senhor trouxe-nos os números e conhece-os. Eu fiz aqui uma conta: se somarmos a garantia de potência... Vamos lá ver: o corte total da garantia de potência foram 450 milhões de euros, aproximadamente, que é o número que aqui os trouxe, vamos admitir que desses 450 milhões de euros 2/3 são atribuíveis à EDP, dá 300. 300 mais 500 dá 800; ainda assim estamos 500 milhões de euros abaixo do que só a contribuição, que não anulava outras medidas possíveis, tirava à EDP em 2011.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Obviamente, como eu disse, posso mandar-lhe os números, podemos confirmar os números, que são públicos, e sabemos bem...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Só estou a citar números oficiais.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Também lhe estou a dizer que os números são públicos.

Primeiro, a contribuição era para todos os produtores e acho que o Sr. Deputado está a falar de 60% de potência, mas eu acho, sinceramente, que não fizemos cálculos individuais por produtor. Não me lembro de ver cálculos individuais por produtor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — É o critério da proposta.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sim, mas eu acho, sinceramente, que estamos a extrapolar algo que não é totalmente real.

Segundo, anteriormente ao Ministério da Economia e do Emprego, a EDP nunca tinha tido um corte de um cêntimo! Só tinha recebido rendas!

Vamos imaginar que o Sr. Deputado tem razão – e eu acho que podemos pedir aos técnicos para mostrarem os números concretamente – mas, mesmo que o Sr. Deputado tenha razão, está a dizer que o Bloco de Esquerda está a admitir, e bem, que o Governo do qual eu fiz parte teve coragem de cortar, no mínimo, 800 milhões de euros à EDP. No mínimo!

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Peço alguma tolerância por parte do Sr. Presidente para fazer um esclarecimento sobre o âmbito da Comissão de Inquérito.

Vamos lá ver: não se trata aqui de um debate político acerca do reconhecimento de méritos da política deste ou daquele Governo; trata-se de uma Comissão de Inquérito que procura quantificar remunerações excessivas e a dimensão das iniciativas que os Governos tomaram e os impactos que essas iniciativas tiveram nessas remunerações.

Portanto, eu reconheço factos: há uma diminuição da remuneração do CMEC! Basta fazer as contas!

Agora, o que discuto – e é isso que estou aqui à procura de apurar em termos de números – é quanto é que foi a redução dessa remuneração. O Sr. Doutor traz-nos um número sobre esse exercício governamental que me parece totalmente exagerado e, depois, é preciso verificar outra coisa: *okay*, foi pago. Agora, vamos ver por quem. Porque a EDP não sofreu cortes na cogeração. Não foi a EDP, nem sequer foram os produtores foram os contribuintes, que pagou as licenças de CO₂ e, portanto, há necessidade de apuramento de quais os produtores que tinham sobre remunerações identificadas, de que maneira é que foram corrigidas essas sobre remunerações e qual foi a diferença entre o plano inicial e o plano final.

Queria passar ao segundo tópico que tem a ver com a questão do domínio hídrico.

Já vi que acompanhou a audição do Eng.º Pedro Cabral e, portanto, vai ouvir a mesma pergunta que lhe fiz: o seu Governo foi também o primeiro – novamente um elogio – que pôs em causa a autorização que a Comissão Europeia deu em 2004 ao decreto-lei dos CMEC.

No relatório que o seu ministério enviou à Comissão Europeia, em novembro de 2012, estava escrito, por estas palavras, que «o aumento do valor contratual em relação ao valor inicial dos CAE,...» – ou seja, não houve manutenção do equilíbrio contratual, houve um aumento do valor contratual – «... através da metodologia usada nos CMEC, parece não ter sido considerada na decisão da União Europeia (161/2004) que validou a compensação.»

Primeiro ponto: o Governo põe em causa a autorização dada pela Comissão europeia ao decreto-lei.

Segundo, sobre a extensão do domínio hídrico, diz o relatório: «A extensão do uso dos recursos hídricos públicos pode ser considerada um investimento único, apesar disso o cálculo do seu valor foi feito com taxas diferentes». Ou seja, o Governo afronta diretamente a escolha que foi feita pelo governo anterior, por Manuel Pinho, que é a posição da EDP, de que o cálculo tinha sido bem feito e que o Estado, afinal, não tinha ficado a perder cerca de 500 milhões de euros nas contas mal feitas, segundo a posição da REN e a posição que o Governo português assim transmitiu à Comissão Europeia.

Isto é de uma dimensão gigantesca; estamos a falar de valores na ordem dos 800 milhões de prejuízo para os consumidores. 800 milhões de euros!

Face a estas conclusões, como é que o Governo pôde permanecer silencioso até ao final do seu mandato, internamente e em medidas políticas, tirando a redução da remuneração do CEMC em 120 milhões, que é menos

de metade daquilo que estava aqui identificado pelo próprio Governo junto da Comissão Europeia?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, em relação à extensão do domínio hídrico, nós, claramente, questionámos sobre se os valores atingidos foram exatamente os que deviam ser atribuídos ao Estado. Nós, internamente, falámos sobre isso e, portanto, tentámos tomar as providências necessárias para tentar resolver esta questão, especialmente achámos que...

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Quais foram essas providências?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Passámos informação, que era necessário passar, para saber se seria necessário fazer alguma investigação ou não e se os valores eram reais.

O Sr. **Presidente**: — Continuamos, agora, dando a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral que dispõe de oito minutos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os Colegas e o Dr. Álvaro Santos Pereira. É um prazer revê-lo.

Há pouco, eu disse que esta era uma Comissão de Inquérito e é bom que nos lembremos que tentamos apurar factos, números, se possível, em concreto, uma vez que muito do que aqui se dizer será enviado, seguramente, como já aconteceu noutras situações, para a justiça e, aliás, até há arguidos neste processo.

Portanto, acho que aqui, de facto, eu não procuro opiniões; procuro respostas que nos possam ajudar a esclarecer se há ou não há... Aliás, eu

queria começar por aquilo em que os dois concordamos: de facto, tem de se dar mérito ao Governo de que V. Ex.^a fez parte, porque foi o único que cortou – e não lhe vou chamar rendas excessivas, porque já ouvi de tudo... – chamemos-lhe sobrecustos ou, pelo menos, foi o único que tentou um equilíbrio entre o rendimento do setor eletroprodutor e aquilo que o consumidor era chamado a pagar, e fê-lo com instrumentos legislativos.

Já o citei aqui, não vou repetir e, portanto, sobre essa matéria estamos de acordo.

O prazo para a redução desses sobrecustos era longo e já descobrimos aqui que, de facto, o preço da energia teve bastantes oscilações e quando diz que o preço da eletricidade está a baixar, é verdade que está, mas pode ser por causa dos cortes, pode ser por causa do preço megawatt-hora, pode ser por causa da maturação da tecnologia, pode ser por vários fatores, mas eu quero dar de barato que um desses fatores foi, de facto, a ação do Governo de que o senhor fez parte.

O que preciso de saber e o que me interessa saber nesta Comissão de inquérito é o seguinte: o senhor diz que há compadrio e que houve compadrio. A minha pergunta é simples: quer identificar quem, onde, como e em que circunstância houve esse compadrio?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Penso que não me cabe a mim identificar quem; cabe à justiça!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, é só uma opinião sua de que há compadrio! É só uma perceção sua!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Acho que existe bastante evidência que se Portugal chegou onde chegou, não só na energia mas também noutras áreas, se chegámos a uma pré-bancarota ou mesmo

bancarrota, foi não só por termos levado a cabo políticas irresponsáveis, mas também porque houve práticas de corrupção e de compadrio entre os privados e o Estado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas que práticas de corrupção é que o senhor conhece? Quando denunciou e a quem denunciou essas práticas de corrupção? Ou é também uma perceção sua?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, ainda há pouco tempo, estive num debate sobre se os indicadores de corrupção, de perceção de corrupção, são válidos ou não.

Eu acho que, em Portugal, há tantos casos na justiça e começam, finalmente, algumas pessoas a serem responsabilizadas, acabando com a impunidade que tem sido vigente neste País, que quem questiona que o nosso País, infelizmente, tem sido vítima de corrupção está a questionar o inquestionável.

É uma questão de perceção e é uma questão de realidade. Para mim, é por demais evidente que isso aconteceu e está a acontecer.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Vamos ver se recentramos o debate.

Que há processos na justiça eu sei; que há corrupção em Portugal, basta ler os relatórios e há-os para todas as leituras e em várias línguas.

Se eu algum dia disser que há *lobbies*, que há compadrio e que há corrupção, garanto-lhe que serei o primeiro a chegar junto das entidades oficiais e denunciar, em concreto, por um dever de cidadania, de responsabilidade e de seriedade. É o que eu faria! Como não quer indicar quais, eu passarei, até por que as suas declarações ficam gravadas e terão o tratamento devido.

Na sua intervenção inicial disse que quando chegou ao Governo teve uma conversa com a ERSE, ficou em alerta – isto quando ainda nem tinha gabinete – e também afirmou que há rendas excessivas.

Quero perguntar-lhe se pode concretizar em que aspetos, em concreto, há rendas excessivas e que valor é que identificou, que é para eu poder ter um valor daquilo que o senhor disse e que todos disseram até aqui para saber qual era o ponto de partida das rendas excessivas identificadas e em que medida os seus instrumentos legislativos cortaram nessas rendas excessivas, isto para saber o ponto de partida e o ponto de chegada.

Aliás, já lhe fizeram a pergunta, até dando a sensação de que não cortou nada, mas eu gostava de saber onde, em concreto, é que há, em que setores, em que instrumentos, em que empresas, qual foi o valor que encontrou e como é que, junto do Sr. Secretário de Estado, os dois, conseguiram um plano para cortar.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, antes de mais, queria, se me permite, fazer uma pergunta: o Sr. Deputado pensa que há ou não casos de corrupção em Portugal?

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Respondo-lhe, sem contar o tempo, Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Bom, já estamos na fase das perguntas retóricas, o Sr. Deputado vai voltar a usar da palavra e, depois, dirá...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Bom, é para não ficar no ar.

Como é evidente, não conheço nenhum ou, melhor, dos que conheço já denunciei; conheço os processos estão em investigação, esses conheço, e espero que a justiça faça o seu trabalho.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Gostaria de dizer que, para mim, o mais importante é termos um quadro institucional anticorrupção, que esteja de acordo com as melhores práticas, dar recursos necessários à Procuradoria-Geral da República e a todas as instituições que temos em Portugal para termos os meios para que não haja desculpas de que o combate à corrupção é feito com todos os meios necessários, portanto acho que é importante referir este fator.

Em relação à questão das rendas excessivas, identificámos... Aliás, sei que os Srs. Deputados têm esse relatório. Utilizámos reputados especialistas e instituições para estimar essas rendas excessivas. No relatório que entregámos à troica, falámos numa questão dos CMEC.

Posso dizer-lhe que estimámos que a unidade das rendas excessivas nos CMEC era de 165 milhões de euros, com uma correção necessária, até 2020, de 1348 milhões de euros.

A nível dos CAE, estávamos a falar de rendas excessivas na ordem dos 106 milhões de euros para uma das centrais e para outra de 65 milhões de euros.

A nível da PRE estamos a falar de correções para as eólicas de 439 milhões de euros de rendas excessivas; para as fotovoltaicas de 73 milhões de euros; para a biomassa de 42 milhões de euros; para as mini-hídricas de 25 milhões de euros e para a cogeração de 330 milhões de euros. Finalmente, estamos a falar que, no total, identificámos rendas, entre 2012 e 2020, de 2439 milhões de euros e, como disse anteriormente, entre 2007 e 2011, se não me engano, de cerca de 1500 milhões de euros.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — A pergunta não era exatamente essa, mas serve.

Disse que falou com a ERSE e temos acesso a um relatório da ERSE, que é um pouco mais concreta, por exemplo considera que há 125 milhões nas taxas de juro e nos *cashflows* nos diferentes perfis de cálculo; que há 285 milhões nos testes de disponibilidade das centrais; que há 90 milhões no coeficiente do ajustamento do Valorágua e nas licenças de CO₂. Poderia perguntar ainda, como muitos especialistas vieram aqui dizer, se é nas remunerações dos terrenos, se é na titularização dos CMEC.

Henrique Gomes não disse isso, mas Artur Trindade disse que esse podia ser um problema — se ouviu a audição dele, confirmará o que estou a dizer —, embora não tenha quantificado quanto era.

É isso que queria saber em concreto, porque V. Ex.^a disse que tinha estudos. Pergunto que estudos são esses e em que página dos estudos isso está identificado em concreto. Isto porque o Sr. Eng.º Pedro Cabral, que ouvimos ontem, se não me falha a memória, disse que os estudos não diziam nada disso eram apenas instrumentos indicativos.

Já li o estudo de Cambridge e também não leio lá concretamente nenhum dos valores que acabou de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas acho que era importante precisar. Como são tantos os relatórios da ERSE e de tantos anos, como fez agora referência a um, ajudaria na resposta se o identificasse. Isto porque acho que não se está a referir nem ao de 2012, nem ao de 2013, nem ao de 2004 que é, muitas vezes, aqui referido.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É o de 2007, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Como disse, para todos os efeitos, é importante estimar estas rendas, mas quase chega a ser uma

questão... Estamos aqui a discutir valores... São 3000 milhões, 2000 milhões, 1000 milhões... Não interessa!

O que interessa para as pessoas que não estão à volta desta mesa, para as pessoas que estão lá fora, é o que veem nas suas contas de eletricidade. Como disse, no início da minha intervenção — acho que o Sr. Deputado ainda não estava cá, por isso não deve ter ouvido —, foi que quem afirma que não existiam rendas excessivas, certamente não presta atenção às suas contas de eletricidade.

Que melhor prova temos das rendas excessivas no nosso País do que as próprias contas da eletricidade!?!...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas não foi isso que perguntei! Não é essa a resposta que quero!

Não quero saber... Os dois tivemos oportunidade de discutir os CIEG e as faturas de eletricidade variadíssimas vezes. Ontem até me foi mostrado um documento, e o Sr. Deputado Bruno Dias confirma, que o Sr. Dr. Pedro Cabral disse que fui eu que fiz para o Ministério, em que estavam as apresentações que vinham com os decretos-leis. Vi tudo e sei tudo isso.

Nesta Comissão de Inquérito, que tem um objeto claro, estamos a tentar saber onde estão as rendas excessivas. Por exemplo, o Presidente da Autoridade da Concorrência disse: «Chamei a atenção disso para um relatório que está feito». E eu perguntei: «Onde?» E ele disse: «No cálculo do Valorágua, que era muito pernicioso».

O Dr. Pinho, um especialista, veio cá dizer que o diabo está nos pormenores e também falou nisso. Mas se V. Ex.^a empreende uma demanda de cortes tem de ser com uma base rigorosa de números, não pode ser com base numa perceção, nem olhando para a fatura.

Por isso é que lhe perguntei. Porque é que digo isso? Porque há uma diferença considerável entre aquilo que diz Artur Trindade e Henrique Gomes e já lhe foi feita a pergunta.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Várias vezes!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E várias vezes! Ou tenho de chamar cá os dois outra vez e aí, em pormenor, em concreto, vão ter de identificar. Não quero acreditar que o Governo faça instrumentos legislativos em que diga que na cogeração vai cortar e que depois, olhando para a fatura diga que achou que a cogeração era muita. Não pode ser!

A minha pergunta é concreta. Não quero que elabore mais. Pode dizer que não quer responder ou que não se lembra que é o argumento que muita gente utiliza. Para mim serve.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Deputado, a evidência está aqui. A evidência está no estudo que fizemos e que muito claramente mostra.

Como disse, se quer explicar para as pessoas fora desta Comissão o que são as rendas da energia é muito fácil, mas se quer valores, disse-lhe quais são os valores que estimámos.

Estimámos os valores aí e as contas não foram feitas pelo Ministério, foram encomendadas aos técnicos que fazem este tipo de cálculos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Porque é que isto é importante, Sr. Doutor? Porque, obviamente, quero que saia daqui a ideia de que, de facto, o Governo fez bem em olhar para um conjunto de ...

Ontem, a explicação de que mais gostei do Dr. Pedro Cabral foi que, no fundo, o WACC, a diferença entre o capital, como ele chamava...

Temos vários alertas. Há quem diga que a transição dos CAE para os CMEC, em si mesma, gera uma renda, um sobrecusto, porque havia investimentos já feitos, não havia amortização de capital.

Por exemplo, o teste de disponibilidade parece configurar essa mesma renda excessiva, porque a ERSE diz que não tinha capacidade de fazer essa verificação. A REN ontem, segundo o ex-diretor, estava impedida de a fazer, mas depois apareceu um valor e temos de saber em concreto.

Estamos os dois do mesmo lado. Mas vamos ter as pessoas que, porventura, fizeram alguma ação sem defender o interesse público a acabar por escapar porque não os conseguimos identificar.

Estamos a lidar com gente muito inteligente, por isso quanto mais concretas forem as suas respostas, com a vantagem de ter sido quem estudou o assunto, identificou o problema e até arranjou solução para ele, muito mais útil será para nós.

Porque é que pergunto isto? Porque foi dito aqui — está nas notícias e no que o Ministério Público já apurou — que a versão que chegou à troica foi uma versão diferente da que Henrique Gomes e o Ministério tinham. Há até uma versão sobre a qual se diz que quer o Eng.º Henrique Gomes, quer V. Ex.^a ficaram surpreendidos. Confirma ou não?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Já expliquei essa situação exatamente, ou seja, em muitos dos relatórios que fizemos da troica e para a troica, como expliquei anteriormente, os gabinetes ou um determinado técnico fazia o relatório, ou as leis, podiam ser leis, e logo a seguir esse relatório era partilhado com os outros ministérios, com a ESAME, com vários técnicos. E certamente este relatório, ou a lei, saía de uma forma muito diferente da que entrou. Quase sempre. A única exceção, de que me lembro, foi a lei laboral que foi negociada, depois, com os parceiros sociais.

Mas quase todas as leis, quase todos, aliás, todos os relatórios passavam por vários crivos e, portanto, mudavam quando tinham novos comentários, novas apreciações. É natural que isso acontecesse.

Mas mais do que estar a defender este ou aquele relatório, os relatórios saíram, ou melhor, a versão final saiu do Ministério da Economia. Fomos nós que o trabalhámos, foram pessoas que estiveram nesta Comissão que trabalharam nesse relatório. Mesmo na segunda versão do relatório, depois de termos tido comentários das Finanças, da ESAME e de outros técnicos, a versão final fomos nós que a acabámos de redigir.

Portanto, não há dúvidas sobre isso. Não havia dois Governos, como alguém tentou insinuar, mas o que lhe posso dizer muito claramente é que, independentemente do relatório, o mais importante era dizer quais foram os cortes que era preciso fazer, quais eram as rendas que era preciso cortar, qual era o montante.

Isso foi identificado por esse relatório e a seguir, como a contribuição não avançou, avançámos com os outros cortes. Tão simples como isso.

Além do mais, deixe-me dizer, Sr. Deputado Hélder Amaral, que também é um prazer estar aqui nesta Comissão e revê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminamos assim a primeira ronda.

Como é hábito, faremos um intervalo de 10 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos com o início da segunda ronda.

Cada grupo parlamentar dispõe, recorde, de 5 minutos para fazer as suas perguntas, sendo que o Dr. Álvaro Santos Pereira responderá no fim, usando do mesmo tempo indicativo.

É importante tomarmos notas das perguntas todas para não escapar nenhuma resposta. Procurarei auxiliá-lo tomando umas notas. O método que recomendo, aquele que tenho dito a todas as pessoas que temos inquirido, é que, independentemente de haver repetições de perguntas ao longo das cinco previsíveis perguntas, responda a oito. Ou seja, o primeiro a fazer perguntas vai ser o Sr. Deputado Bruno Dias, o Sr. Doutor deve responder a todas as suas perguntas, mesmo que depois o Sr. Deputado Hélder Amaral faça a mesma pergunta. Aconselho a não saltar perguntas, porque, senão, será mais difícil mantermos a linha.

É uma recomendação, o Sr. Doutor fará como muito bem entender.

Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Álvaro Santos Pereira, tenho aqui uma publicação com uma entrevista que o senhor concedeu ao jornal *Público* há um ano e meio e em que falava destas questões e onde já referia a questão dos 3500 milhões de euros de cortes que aqui apresentou, incluindo nestes, os 1500 que coloca em relação ao seu sucessor.

Refere uma carta que enviou ao Primeiro-Ministro na altura a dizer que tinha identificado mais 1500 milhões de euros de rendas de energia que era preciso cortar. Pergunto-lhe se guardou cópia dessa carta e se a podia fornecer à Comissão de Inquérito. Poderá ter interesse, poderá ser útil para os nossos trabalhos.

Outra questão que lhe queria colocar e o senhor, conhecendo este dossiê, sabe que estas rendas excessivas, do que têm falado, correspondem no fundamental a problemas estruturais do sistema elétrico nacional e a

remunerações regulares e indevidas das empresas de energia decorrentes do monopólio, de legislação regulatória, etc.

Pedia-lhe que nos explicasse de que forma é que, no seu entendimento, rendas estruturais, permanentes, podem ser ou foram eliminadas ou cortadas por medidas temporárias, conjunturais ou dilatórias. A garantia de potência que mencionou aqui foi retomada de acordo com o que estava previsto, não era uma medida permanente. Em relação à própria CESE, já aqui foi referido o carácter temporário que o próprio Governo assumiu na altura em que a aplicou.

Os sobrecustos dos CMEC foram diferidos de 2014 para 2107 e 2018. Perguntava-lhe, aliás, quanto terá cortado o Governo PSD/CDS nos CMEC e nos CAE, porque o seu Secretário de Estado Artur Trindade diz que esta medida prevista para os CAE e para a central de Sines não foi implementada. Sabe dizer-nos porquê?

Em relação à produção em regime especial, o abaixamento das tarifas foi por troca com o prolongamento do período da garantia das tarifas bonificadas e, portanto, esta questão do que é conjuntural face ao que é estrutural.

Sobre o relatório, que já foi falado, do Ministério, da Secretaria de Estado que contou com um conjunto de trabalhos que foram anexos a esse relatório, o mais referido tem sido o da CEPA, de Cambridge, qual é a sua explicação e o relato dos acontecimentos que tem para partilhar connosco acerca da forma como esse relatório do seu Ministério, da Secretaria de Estado da Energia, chegou à EDP?

O relatório, segundo Henrique Gomes, foi-lhe entregue a si numa quinta-feira ao fim do dia, o senhor tê-lo-á lido durante a noite. Na sexta-feira de manhã fizeram ajustamentos, com Henrique Gomes e a sua equipa. Foi entregue no gabinete do Primeiro-Ministro ao fim da manhã de sexta-

feira. Entretanto, houve também a entrega à dita ESAME do Secretário de Estado Carlos Moedas.

Pergunto-lhe se confirma este percurso do relatório e o que é que poderá ter justificado este salto rápido do relatório, entregue ao fim da manhã do Gabinete do Primeiro-Ministro e que permitiu que a EDP, à 1 hora da tarde, já o estivesse a contestar junto da equipa do Secretário de Estado. Quem é que o entregou à EDP? Qual é a sua explicação, se é que a tem, em relação a isto?

Outra questão é a seguinte: na altura em que o senhor era Ministro, por que motivo só chegou à Assembleia a parte CEPA, digamos, a parte da Cambridge Economic Policy Associates, e não o relatório na sua versão integral?

Por que é que, na altura, aquilo que foi do conhecimento da EDP não foi do conhecimento da Assembleia da República?

Há pouco estava a relatar a situação da discussão com o então Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, no Governo sobre as propostas e a questão da CESE.

Gostava de lhe pedir que clarificasse exatamente a argumentação que o Ministro Vítor Gaspar, na altura, colocou. Ficou claramente afirmado que o que estava em causa era a privatização da EDP como motivo para essa rejeição relativamente à CESE?

Tenho mais questões para colocar mas ficarão para a próxima ronda.

O Sr. **Presidente**: — Cabe agora a vez ao PSD.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helga Correia.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Professor, nesta segunda ronda, permita-me que volte aos cortes para abordar o segundo e o terceiro pacote de cortes.

Penso que já não existem dúvidas que o único governo que efetuou cortes nas rendas excessivas foi o Governo do Dr. Pedro Passos Coelho. A única coisa acerca da qual ainda não conseguimos obter consenso é sobre qual o valor do corte, efetivamente.

O Sr. Professor referiu numa entrevista ao jornal *Público*, em junho de 2017, que quando saiu do Governo deixou uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro a alertar para que deveriam ainda ser cortados 1500 milhões de euros em custos.

O seu sucessor, o Engenheiro Jorge Moreira da Silva, numa política de continuidade, lançou mais dois pacotes de cortes de custos, que totalizaram mais de 1000 milhões de euros, nomeadamente através das seguintes medidas que vou elencar: revisão da remuneração dos terrenos hídricos, um corte de 106 milhões de euros; introdução do mecanismo de *clawback*, com vista a eliminar distorções de mercado provocadas pelas medidas fiscais introduzidas em Espanha, um corte entre 250 e 500 milhões de euros; correção das distorções do mercado de serviços do sistema, um corte de 350 milhões de euros, e a aplicação da CESE permitiu cobrar receitas adicionais no valor de 150 milhões de euros anuais.

Sr. Professor, podemos dizer que a determinação em acabar com privilégios indevidos no setor da energia se manteve após a sua saída do Governo?

O segundo pacote de cortes de custos já estava, em larga medida, definido quando saiu do Governo e o seu sucessor ainda aplicou um terceiro pacote de medidas. No seu entendimento, foi dado cumprimento às recomendações endereçadas na carta que enviou ao Sr. Primeiro-Ministro quando saiu do Governo?

Uma outra questão que gostaria de abordar tem a ver com o tema da desorçamentação. Ao longo destas audições tem sido cada vez mais evidente que o Estado tem promovido consistentemente uma política de

desorçamentação à custa da fatura da eletricidade. Estas políticas de desorçamentação têm acontecido sobretudo durante os governos do Partido Socialista. Tal facto tem sido referido por várias personalidades nesta Comissão. Todas as operações de desorçamentação enunciadas nesta Comissão, somadas, podem totalizar mais de 3000 milhões de euros. Certamente, este valor daria para acabar com a dívida tarifária e com o défice tarifário de imediato.

A pergunta que lhe coloco é se está de acordo com o entendimento de que o principal fator de penalização do valor das tarifas é os custos com as medidas que, por um lado, financiam e, por outro, desoneram o Orçamento do Estado?

Sr. Professor, concorda com a inclusão de tantos fatores de financiamento no Orçamento do Estado que enviesam os resultados obtidos de qualquer indicador, desqualificando assim a utilização dos mesmos quando os comparamos com outros países?

Durante o mandato do Governo a que pertenceu foi efetuada alguma operação desta natureza? Isto é, acrescentar custos às tarifas de eletricidade no sentido de financiar indiretamente o Orçamento do Estado?

O Governo anterior tomou várias medidas no sentido de reduzir o défice tarifário e a dívida tarifária. Os cortes foram conseguidos com um nível baixo de litigância, conforme já fiz referência ao longo desta audição, ao contrário do atual Governo, que apenas aplicou cortes com base em medidas retroativas.

As questões que lhe quero colocar são três. Em primeiro lugar, pergunto se poderá ser essa a razão pela qual existe um ambiente de grande crispação, de pré-litigância, entre as empresas do setor elétrico e o Governo; se, na sua opinião, o recurso à aplicação de medidas retroativas e o desrespeito de compromissos assumidos conduz à perceção por parte de agentes económicos de que Portugal não tem estabilidade regulatória e, para

terminar, se na sua opinião as políticas seguidas pelo atual Governo promovem o investimento no setor e criam condições para o advento da transição energética de que tanto se fala.

O Sr. **Presidente**: — Cabe agora a vez ao Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimentando de novo o Sr. Prof. Álvaro Santos Pereira, diria quem nesta segunda ronda o Grupo Parlamentar do Partido Socialista voltava ao Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. Engenheiro Henrique Gomes, sejamos claros, disse nesta Comissão que este decreto-lei era um «negócio da China» e também disse que uma das razões pela que não concordava com esse decreto-lei era porque o conhecia e teria sido entregue pela EDP.

Isto, em relação ao debate na primeira ronda, que fique claro, foram as declarações do Engenheiro Henrique Gomes. Por isso, nesse contexto, pedia-lhe novamente para comentar o que o Engenheiro Henrique Gomes disse, ou seja, que, no fundo, era também uma roleta russa, uma roleta russa na qual o pagamento mínimo era de 74 € — bem sabemos a explicação do Engenheiro Artur Trindade sobre a questão dos 68 € —, mas o preço de mercado era 45 €. Sendo o Professor Álvaro Santos Pereira um reputado economista, quero que compare o número 45 com o número 68. Esta era a primeira questão.

Depois, em relação à CESE, queria saber qual o motivo que lhe deram o Professor Vítor Gaspar e o Engenheiro Carlos Moedas para a não aceitação da CESE. É importante, até porque o Engenheiro Carlos Moedas será ouvido nesta Comissão na próxima semana e era importante sabermos qual foi a resposta quer do Engenheiro Carlos Moedas quer do Professor Vítor Gaspar

para a não aceitação da CESE. Foi somente a privatização da EDP, numa lógica de «engordar» o ativo, ou terá sido outra questão?

Referiu que desde que chegou e reuniu com a ERSE ficou extremamente preocupado. Conhecia o estudo da ERSE, de 2004, o parecer e o decreto-lei de 2004, que grande parte dos intervenientes políticos vieram dizer a esta Comissão que não conheciam? Nomeadamente os responsáveis pela lei de 2004 disseram que não o conheciam. Conhecia o estudo da ERSE anexo ao decreto-lei, que falava em 600 milhões de euros?

Pergunto também se concorda, pelas contas e pelos dados que tem, tendo como base o estudo de 2017, com os tais 510 milhões de euros que custou a passagem dos CAE para os CMEC — é o último estudo da ERSE sobre esse efeito —, com taxas de juro que, teoricamente, seriam 7,5% superiores a 14%.

Outra questão, que já não foi da sua responsabilidade mas tem defendido todo o património do Governo de que fez parte, é a seguinte: o Decreto-Lei n.º 32/2014 difere os custos com CMEC, de 240 milhões de euros, para os anos de 2017 e 2018, a uma taxa de juro de 5%. Gostava que comentasse essa medida, esse diferimento de custos, visto que tem defendido toda aquela que foi a política desse Governo.

Uma última questão têm ainda a ver com a demissão do Engenheiro Henrique Gomes, que já foi aqui afluada.

O Engenheiro Henrique Gomes foi claro quando disse, nesta Comissão, que foi o motivo da censura, ou de não poder dizer o que pensava, que levou à sua saída e nada que estivesse combinado antes. Ele, claramente, confirmou que tinha pedido para sair do Governo e o Sr. Primeiro- Ministro, Passos Coelho pediu para ele continuar, mas depois disse que não aguentou mais a pressão da censura ou, melhor, de não poder dizer o que queria, nomeadamente num discurso do ISEG, onde não foi colocado.

E também disse, novamente, que não existiram dois governos, que o Partido Socialista é que colocou essa questão da existência de dois governos, e em relação ao Decreto-Lei n.º 35/2014, que foi assinado pelo Sr. Professor — e ele foi seu Secretário de Estado —, disse que foi um negócio da China e que conhecia aquele relatório desde os tempos da EDP, porque a EDP lho tinha entregue.

Pergunto-lhe pois se a EDP, ou qualquer outra empresa, não lhe tinha entregue, no tempo do Engenheiro Henrique Gomes, algum decreto-lei parecido com o anterior.

A última questão é sobre o famoso relatório, que já foi aqui citado, conhecido uns dias antes de o Engenheiro Henrique Gomes deixar de ser Secretário de Estado. Conhece quem entregou o relatório à EDP? Aparentemente, a EDP teve dele conhecimento no mesmo dia em que ele foi entregue no Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputada Jorge Costa, do BE, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, a primeira pergunta é sobre a privatização.

O Sr. Doutor disse-nos que a aplicação da contribuição que estava prevista em outubro de 2001 e que chegou praticamente a fases finais no processo legislativo do Governo, desvalorizaria aquela fase da privatização da EDP em 140 milhões de euros, se bem entendi, o que corresponde a 5% do valor da operação de privatização.

Olhando para trás, como é que avalia hoje essa decisão? Ou seja, como avalia essa decisão e o efeito que a aplicação daquela contribuição poderia ter tido naquela circunstância e à vista do que depois foi a evolução do sistema?

Em segundo lugar, já percebemos que o Governo «entregou os pontos» em matéria de domínio público hídrico, de taxas de cálculo do valor inicial dos CMEC e das componentes de ajustamento anual. Em todos essas decisões que foram tomadas em 2007 e nessas definições da lei de 2004, que o Governo avaliou como sendo erradas e comunicou à Comissão Europeia como sendo erradas, «deixou os pontos» à Comissão e confiou que era melhor que fosse a Comissão Europeia a tratar disso, se percebi bem a sua resposta. Portanto, a única iniciativa que o Governo tomou foi exatamente assegurar-se que a Comissão Europeia estava ao corrente.

Havia um terceiro aspeto de que o Governo também estava consciente, e esse não foi comunicado à Comissão Europeia, ou pelo menos não com a mesma clareza com que outros foram comunicados, que é o de Sines.

A central de Sines tem uma licença não vinculada em resultado da aplicação do Decreto-Lei n.º 240/2004, que lhe permite operar sem qualquer compensação ao sistema porque isso não ficou previsto na lei de 2004.

Há pouco tempo, a ERSE fez a contabilização dessa vantagem e apontou para 850 milhões de euros como cenário base; mesmo que depois se lhe tenha de retirar os custos de carbono, vai ficar em 500 ou 600 milhões de vantagem líquida para a EDP por dispor daquela central completamente amortizada durante 8 anos adicionais.

A pergunta é: por que razão é que, frustradas as negociações que já aqui já foram descritas noutras audições — suponho que se reveja na forma como elas foram descritas e não lhe vou pedir para repetir essa informação —, por que é que o Governo não tomou outras opções em termos de legislação para compensar os consumidores por esse abuso?

Outro aspeto tem a ver com a questão da dívida tarifária.

Quando olhamos para as propostas que a EDP apresentou ao Governo, logo em agosto e, depois, em outubro de 2011, vamos reconhecer muitas das

medidas que vão sendo tomadas mais à frente, em particular aquelas que dizem respeito à dívida tarifária.

O *stock* da dívida tarifária, em 2012, era de 2850 milhões de euros. Em 2015, tinha atingido 5080 milhões de euros. Este aumento não foi uma herança, este aumento não vinha de decisões anteriores. A dívida vinha de decisões anteriores, com certeza que sim, mas este salto na dívida tarifária foi o resultado de decisões concretas que o Governo tomou, a saber: o diferimento do sobrecusto com a PRE, que, na verdade, já estava previsto, legalmente, pelo Governo do Partido Socialista, e cuja portaria — que fixou a taxa —, saiu já com o Governo do PSD e do CDS, mas o diferimento do sobrecusto da parcela de ajustamento do CAE e do CMEC, nos anos de 2012 e 2013, de 250 milhões de euros, é um diferimento durante o vosso mandato.

Portanto, há aqui uma opção, que é a de, em lugar de ter uma contribuição que permitisse amortizar rapidamente a dívida tarifária, ter primeiro um salto nessa dívida, um grande crescimento dessa dívida em curto prazo.

Apesar de existir um decreto que previa o diferimento do sobrecusto da PRE, essa opção poderia também ter sido outra — tudo isto estava em cima da mesa e poderia ter sido optado de outra maneira —, a pressão tarifária era muito grande, mas as opções também estavam em cima da mesa e a opção da contribuição poderia ter permitido responder de outra maneira, em lugar de ter a dívida tarifária como opção.

Pergunto se considera que essa opção foi correta, uma vez que tivemos aumentos reais, de 3% ao ano, ao longo de toda a Legislatura, etc., etc.

Finalmente, uma pergunta rapidíssima: por que é que se recusa a identificar os casos de compadrio? Já percebi que não os quer identificar, mas talvez nos possa dizer por que razão é que não os quer identificar.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar esta segunda ronda, tem a palavra, por 5 minutos, o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria retomar aqui uma ideia, porque não quero continuar a dar como certo que há ou não há rendas excessivas — ou, pelo menos, não ter essa terminologia.

O Sr. Doutor disse que o Ministro das Finanças lhe pediu uma alternativa. Agradeço-lhe a resposta, porque perpassava a ideia de que o Ministro das Finanças — pessoa que não ouviremos, mas a quem, de resto, enviaremos perguntas por escrito — tinha aqui imposto uma proibição. Isso não aconteceu.

No fundo, o Ministro das Finanças acabou por ter razão, porque lhes solicitou uma alternativa à CESE, e ela existiu. Os valores não são exatamente os mesmos, mas a verdade é que, ainda assim, foi possível encontrar um mecanismo de cortes ou de equilíbrio entre as duas partes, ou seja, privados, setor eletroprodutor, e Estado, representando este a salvaguarda dos contribuintes que são quem, no fundo, financia isto tudo. Portanto, isto foi possível.

A minha pergunta é no sentido de saber como é que se chegou até aqui. Presumo que o Sr. Ministro das Finanças tenha autorizado e sancionado todas estas medidas, mas temos aqui o Dr. Catroga, à data pertencente ao lado da EDP — pelo menos assim se assumiu —, que mandou uma proposta de medidas para revisão dos custos no setor elétrico.

A minha primeira pergunta é se conhecia esta proposta de medidas para revisão do custo do setor elétrico, uma vez que elas casam *grosso modo* com as medidas tomadas por V. Ex.^a, e até casam, *grosso modo*, com a intenção, assumida pelo Eng.º Henrique Gomes, que dizia que a CESE dele daria para assegurar uma evolução tarifária média, até 2020, de 1,5%, 1,7%, reais. Esse mesmo valor também consta da carta do Dr. Catroga.

Mas, se formos ver, há outras medidas que ele aponta: deferimento temporal de sobrecustos da produção de regime especial; revisão da taxa de juro aplicável ao cálculo da unidade e montante inicial dos custos de manutenção do equilíbrio contratual; eventual extinção, negociada, de regime CMEC para centrais a terminar — teria sido uma boa medida, a concretizar, mas essa ficou no papel, talvez seja o poder do *lobby* —; eventual extinção, reformulação do prazo da tarifa bonificada garantida, aplicada à operação elétrica, com tecnologia eólica — parques extintos, cuja capacidade não foi objeto de procedimento concursal, veio a confirmar-se —; revisão da remuneração aplicável à cogeração — veio a confirmar-se —; estabilidade legislativa na garantia de potência — não se confirmou tanto, depois mexeu-se. Se recorrer a este documento, esta carta casa, *grosso modo*, com o famoso Decreto-Lei n.º 35/2013, do qual o Eng.º Henrique Gomes, de facto, não gosta, pois chamou-lhe negócio da China e uma vitória do tal *lobby*.

O prolongamento das tarifas protegidas, das tarifas *feed-in* — também tivemos aqui quem dissesse que, a partir dos 1800 MW criamos um monstro eléctrico — e a conjugação, V. Ex.^a fala em rendas excessivas, das tarifas *feed-in* com a existência de CAE e CMEC no regime ordinário, remeteu, praticamente, as centrais para funcionarem apenas e só para garantirem as renováveis. Há quem considere que a conjugação da existência de CAE e CMEC e das tarifas *feed-in* provocam aqui um desequilíbrio, porque, no fundo, as centrais ficam a servir de *backup*, ficam apenas a garantir as eólicas, e estamos a pagar duas vezes.

Queria saber se, quando se fez esse Decreto-Lei, esse alerta foi feito. Se essa questão, de estarmos, possivelmente, a tirar de um lado e a pagar do outro, foi posta em cima da mesa.

Quanto à Portaria n.º 85-A/2013, que definiu a redução da taxa de remuneração da parte fixa dos CMEC de 81 para 67 milhões, queria saber

como é que foi feita, uma vez que não temos nota de que tenha havido alguma contrapartida ou qualquer pressuposto que tenha sido dado à EDP, mas, porventura, haverá notas de que tal aconteceu. Deve ter sido já na parte final da sua presença no Governo mas, ainda assim, julgo que esse documento deve ter tido alguma preparação e essa preparação deve ter encontrado aqui algum racional. Que contrapartidas é que foram dadas, uma vez que não sabemos?

Quanto a outros fatores, temos aqui algumas dúvidas que começam a ser certezas.

No que respeita à extensão do domínio hídrico público, por exemplo, que não é do seu tempo, muita gente veio dizer — principalmente reguladores do interesse público, pessoas, até, envolvidas no processo —, que o Estado podia ter feito melhor. Não era sobre isso que lhe perguntava, a não que queira — não sei se terá, eventualmente, estudado a matéria —, dar-nos uma nota sobre isso.

Termino com o caso de Sines. O chefe de gabinete do Secretário de Estado Henrique Gomes dizia que havia ilegalidades. Já perguntei ao próprio, o Eng.º Henrique Gomes, que disse que não conseguia descobrir quais. O Dr. Artur Trindade também não detetou quais. A pergunta já lhe foi feita, de uma outra maneira, pelo Bloco de Esquerda, mas a verdade é que há quem considere que não há nenhuma ilegalidade, porque esse era um direito da EDP desde o Decreto-Lei n.º 183/95.

Portanto, quer a DGEG, quer o Secretário de Estado, quer o Ministro, não fizeram mais do que cumprir a lei e fazer esta extensão. Há quem nos diga, agora, que é possível reverter a situação. Espero que o Governo de agora, ou o futuro Governo, vá a tempo, já que esta licença terminará em breve e podemos, portanto, corrigir o problema.

A questão é: como é que isto não foi feito, uma vez que já havia alguém no gabinete que considerava que havia ilegalidades e havia qualquer coisa a fazer na extensão da central de Sines.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra, para responder, o Sr. Dr. Álvaro Santos Pereira. Tem aqui um tempo indicativo de 25 minutos, mas com a liberdade de utilização do tempo a bem do esclarecimento.

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, gostaria de começar por responder às perguntas da Sr.^a Deputada Helga Correia.

Em relação à carta ao Primeiro-Ministro... Peço desculpa, tenho de começar por responder ao Deputado Bruno Dias. Peço desculpa, estava já na página seguinte, mas a pergunta é a mesma, sobre a carta de demissão.

Se posso dar a carta de demissão do Primeiro-Ministro? Posso, sem dúvida nenhuma, está pública, no meu livro. Quando publiquei o livro sobre a minha ação no Governo, ficou lá essa parte. Se estiver interessado, posso ler a parte onde escrevi sobre eletricidade, que diz seguinte: «É também fundamental garantir uma maior concorrência nos mercados da eletricidade e do gás natural.

Precisamos de cortar mais rendas na energia, para garantir a eliminação da dívida tarifária, não só para compensar a descida do consumo, que onera o sistema elétrico nacional e os consumidores, mas também para contrabalançar as medidas impostas em Espanha, que têm um impacto no MIBEL e, assim, nos afetam.

Segundo as nossas estimativas, os cortes adicionais das rendas de energia devem situar-se entre 1000 e 1500 milhões de euros. Devido aos montantes envolvidos, nenhuma medida deve ser descartada para assegurar

que as famílias e os produtores não sejam prejudicados». Foi o que escrevi sobre esta matéria.

A carta, como disse, é pública e fala sobre muitas outras coisas. Fala não só sobre a ação que tive durante o período de Governo, mas também diz o que acho que devia ser feito no futuro, que estava a ser preparado, não só em relação à energia mas também em relação a outros temas, e o que achava que era importante garantir para o futuro, nos anos que se seguiam.

Perguntou-me também sobre as questões de medidas temporárias ou permanentes, portanto: a garantia de potência, a taxa de juro dos CMEC e dos CAE. E pergunta-me porque é que a questão... Qual é a diferença entre medidas permanentes e temporárias?

Bem, como disse o relatório, e os relatórios que nós tínhamos estimado...

O Sr. **Presidente**: — A pergunta é se as medidas são temporárias, como é que podem incidir, tendo efeitos permanentes.

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Certo, eu percebi.

Nós tínhamos um problema um pouco linear. No fundo era, exatamente, o problema da explosão da dívida tarifária, que estava mais que projetada — não foi feita neste Governo, e já vou responder ao Sr. Deputado Jorge Costa também sobre esta matéria, mas já estava projetada —, aliás foi isso, no fundo, que os nossos modelos mostraram muito claramente: antes de qualquer medida a dívida tarifária ia aumentar imenso.

Aliás, se nada tivesse sido feito, estimávamos que a dívida tarifária ia chegar aos 8000 milhões de euros. E, portanto, para diminuir a dívida, como acontece numa dívida pública ou outra coisa do género, têm de se usar receitas e têm de se usar cortes para diminuir o défice. No fundo, é exatamente a mesma lógica. Acho que o Sr. ex-Secretário de Estado Artur

Trindade mostrou um gráfico importante, que é a evolução do défice tarifário e que mostra exatamente que o défice tarifário era bastante grande, que foi diminuindo, graças às medidas que foram introduzidas, e que, depois, começou a haver um *superavit*, ou um excedente tarifário, a partir de 2015, precisamente por causa das medidas.

Portanto, se as medidas são temporárias ou se são permanentes é um bocadinho irrelevante, para a diminuição da dívida tarifária. Irrelevante no sentido de cortar a dívida. É irrelevante para cortar a dívida. Têm de se usar as duas maneiras: medidas mais permanentes e medidas mais temporárias, é só isso.

A própria contribuição especial, quando foi desenhada pelo gabinete do Henrique Gomes, era uma contribuição que ia durar uns anos, não ia ser para sempre. Portanto, estamos a falar exatamente da mesma coisa. O que era importante era eliminar a dívida tarifária e, obviamente, deixar de onerar na conta de eletricidade das famílias e das empresas. Isso é que é importante.

Quanto à garantia de potência, esta é uma questão bastante interessante e importante, porque... Falaram-me das propostas da EDP.

As propostas da EDP tinham um cariz, ou melhor, duas características. Primeiro, era só deferimento de custos e, segundo, eles aceitavam, se me lembro, um corte da garantia de potência de 10%. Para que isso não acontecesse e para termos cortes, o mais possível, nos produtores, um dos mecanismos que utilizámos foi, exatamente, o memorando de entendimento, e o período do memorando de entendimento, a dizer «ninguém recebe a garantia de potência», ponto final, parágrafo.

Isso permitiu uma redução muito grande das rendas, porque, no fundo, as rendas são o global de tudo o que eles recebiam na altura, e que recebem.

Portanto, a garantia de potência foi um mecanismo importante para isto acontecer. Nós tivemos, e disse isto na minha intervenção inicial, chantagem, por parte dos próprios produtores, que nos disseram — em

privado e até publicamente — que, se fôssemos para a frente com a garantia de potência, iam encerrar as centrais. Foi por isso que, mais tarde, impusemos um mecanismo em que, se encerrassem as centrais temporariamente, ficariam sem as licenças. Não cedemos à chantagem.

Falou também sobre a taxa de juro dos CMEC. Houve uma redução bastante razoável, de 7,55 para 4,72 e, como disse — e acho que foi já reconhecido nesta Comissão — foi a única vez que se cortou nos CMEC.

Tinha de ser negociado e tinha de o ser, porque, como disse, se rasgássemos os contratos, o Estado ia mais tarde ser processado e íamos perder muito mais, o Estado ia perder muito mais! O interesse público, certamente, não seria bem defendido.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não disse reduzidos, disse diferidos!

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Certo. Em relação ao diferimento, não só sobre essa questão... Não vou falar sobre isso. Não estava quando foi decidido, mas algumas coisas foram feitas mais tarde, de qualquer maneira.

Acho que é importante dizer, sobre o diferimento dos custos, que, mesmo na altura, quando fizemos os cálculos iniciais com o Henrique Gomes, chegámos à conclusão que, primeiro, o diferimento das tarifas não era suficiente. Isto porque se fizéssemos somente o diferimento, mesmo assim, os preços iam aumentar, se bem me lembro, 12%, ou coisa do género. Posso confirmar os números depois, estão nos nossos documentos e demonstram isso claramente.

É por isso que tinham de avançar as licenças de CO₂ e todos os cortes das rendas. Portanto, no fundo, esse diferimento era importante para não onerar demasiado as famílias e as empresas no curto prazo.

Mas é muito diferente querer um diferimento temporário e depois avançar com a contribuição ou com outros cortes, que foi o que fizemos, ou então querer um diferimento por si só. A EDP e muitos produtores só queriam diferir, mais nada! Não ia haver corte nenhum, nos vales deles não havia corte nenhum. Achámos que isso não podia ser, nem aceitámos isso.

Em relação ao diferimento das tarifas, acho que já respondi à sua pergunta.

Perguntou-me também como é que o relatório chegou à EDP. Não faço a mínima ideia! É que não faço mesmo a mínima ideia! Mas posso dizer-lhe que este e outros relatórios, e mesmo as leis, eram vistos por dezenas de pessoas, muitas vezes. Não faço a mínima ideia de quantas pessoas viram este relatório! Não faço a mínima ideia!

Portanto, pergunta-me, e bem, se foi lá parar e como é que isto foi lá parar. Não sei! Sinceramente não sei.

Porque é que chegou à Assembleia da República parte do relatório? Penso que o relatório que chegou foi o que foi entregue à troica, portanto, penso que está a falar... Repare, as duas versões do relatório... A versão inicial do relatório que é a que saiu do Ministério da Economia, a primeira, antes de ter os comentários de todas as outras pessoas, tinha mais anexos. Só isso.

Depois o relatório foi entregue à troica e foi entregue na Assembleia da República, não sei quando, não me lembro, sinceramente, mas não tinha os anexos, porque essa versão não os tinha todos. Foi só por isso, não foi nada de tentar esconder alguma coisa.

Qual foi a argumentação do Ministério das Finanças contra a contribuição? A argumentação foi simplesmente porque pensavam que a contribuição podia pôr em risco a privatização, numa altura em que o País estava numa situação muito débil.

No Ministério da Economia tínhamos estimado que o impacto da contribuição especial nos *cashflows* da EDP seria de cerca de 700 milhões. Respondo também um bocadinho às perguntas que o Sr. Deputado Jorge Costa antes tinha feito.

Eram 700 milhões, não estamos a falar de 1300, eram 700 milhões calculados pela equipa do Henrique Gomes. E estimámos que, devido aos valores de que estávamos a falar da privatização, um pouco mais de 21%, o impacto na privatização seria de cerca de 140 milhões. Portanto, esses foram os números que utilizámos no Ministério das Finanças.

O Ministério das Finanças pensava que eram maiores, mais elevados, e foi por isso que achou que era melhor não arriscar na altura. É preciso ver o contexto. É importante ver o contexto e, embora tivéssemos perdido aquela batalha, dava para compreender o argumento das Finanças ao dizer que se falhássemos na privatização, provavelmente nem chegávamos à segunda ou à terceira revisão do memorando.

As coisas eram muito, muito difíceis na altura. Estamos a falar em finais de 2011, quando as coisas estavam péssimas na Grécia e aqui também estavam muito difíceis.

Em relação às perguntas da Sr.^a Deputada Helga Correia, sobre a carta ao Primeiro-Ministro, já disse onde estava. Também posso facultá-la, claramente, a esta Comissão, não tenho problemas nenhuns de a mandar, embora seja pública.

Sobre o segundo e terceiro pacotes de medidas, perguntou-me se a determinação de ir contra os *lobbies* se manteve. Acho claramente que sim. Já o reconheci. É importante dizer que se manteve essa determinação de ir contra os *lobbies* no setor.

A Sr.^a Deputada fez-me bastantes perguntas sobre desorçamentação na fatura da eletricidade e perguntou-me se este Governo tem culpa. Vai-me desculpar, mas não vou entrar no debate político sobre se um partido ou um

Governo faz mais ou menos. Não posso, por várias razões, comentar. Prefiro não comentar, se não se importar, essas perguntas sobre o atual Governo.

Acho que não devo numa Comissão de Inquérito pronunciar-me sobre essa matéria. Também não me vou pronunciar sobre o que acho do Governo e do que está a fazer sobre essa matéria, as medidas, a conflitualidade. Penso que não me cabe a mim responder a esta matéria e, certamente, não nesta Comissão.

Peço desculpa, mas também não vou falar sobre as políticas do atual Governo em relação à transição energética. Até pelas minhas funções atuais, não posso estar a responder a esse tipo de coisas. Peço que compreendam, mas não posso mesmo estar a falar sobre esta matéria, porque aí o meu papel atual já entra em questão. Portanto, sinceramente, não posso mesmo, peço desculpa.

Sobre as perguntas do Sr. Deputado Hugo Costa, que disse que o ex-Secretário de Estado Henrique Gomes disse, sobre o Decreto-Lei n.º 35/2013, que era um negócio da China e que ele só conhecia o decreto-lei da EDP. Isso não é verdade. Não tem nada a ver com o decreto-lei da EDP. Não conheço, sequer, esse decreto-lei da EDP, nem faço a mínima ideia onde é que estamos a falar dele. Não o vi, ninguém o viu. Isso não existe.

As propostas da EDP não tinham nada a ver com as nossas. Nada! Portanto, sinceramente não sei onde é que isso vem.

Em relação a ser um negócio da China, como disse, já falámos sobre essa matéria. Acho que o ex-Secretário de Estado Artur Trindade foi muito claro sobre isso, explicando até com uma folha *Excel* como é que este mecanismo funcionava. Posso dizer-lhe que o preço de mercado no segundo semestre de 2018 foi de 65, portanto não vamos estar a especular sobre o que vai acontecer.

Posso dizer, como ele disse, e bem, em sede de Comissão, que, na altura, nos pareceu ser a melhor maneira de salvaguardar o interesse público

e diminuir o risco para o Estado. Certamente não concordo com o que Henrique Gomes disse sobre esta matéria. Tenho muito respeito por ele, gosto muito dele, acho que fez um trabalho excelente, mas penso que é uma questão de se conhece ou não conhece, em detalhe, o decreto-lei.

Penso que seria interessante, um dia, haver um debate entre os dois, mas isso é uma questão mais académica que, sinceramente, não tenciono abordar aqui.

Sobre a não-aceitação da contribuição, sobre o que é que Carlos Moedas e Vítor Gaspar disseram, posso dizer que, relativamente ao Carlos Moedas, não me lembro de se ter pronunciado sobre essa matéria. Estava lá como Secretário de Estado, como pertencente à ESAME e, portanto... Vítor Gaspar foi contra. Já expliquei essa questão, só queria reiterar!

Se conhecia o parecer e o estudo da ERSE, de 2004: não. Falei com a ERSE logo na primeira semana e alertaram-me. Não sabia que havia uma situação explosiva nas tarifas quando cheguei ao Governo. Não sabia que isto acontecer, mas, mal me alertaram, alertei não só a minha equipa como o próprio Primeiro-Ministro que isto ia acontecer e que tínhamos de atuar nesta área.

Sobre o diferimento de custos com os CMEC em 2014, já falei. Sobre a demissão de Henrique Gomes... Qual foi exatamente a sua pergunta sobre a demissão...?

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Foi só um comentário.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — *Okay!*

Perguntou se houve um decreto-lei entregue pela EDP. Não, a EDP não entregou o decreto-lei! Disse isso até no meu livro quando escrevi sobre a minha ação governativa e disse isso na minha intervenção inicial.

A mim disseram-me uma vez, quando estávamos a fazer a transposição da diretiva europeia, que um produtor abordou gente da minha equipa e disse: «Sabe que, habitualmente, vocês não têm juristas suficientes, nós podemos ajudar-vos na legislação».

Isso para nós era, como se diz em inglês, *a no, no*. Não se vai para aí porque isso é pôr em causa o interesse do Estado imediatamente. Haveria um conflito de interesses imediato. É o tal compadrio que acho inaceitável.

Se havia esse tipo de práticas, como foi dito, anteriormente, então isso é uma pouca-vergonha do maior que existe. Um privado fazer uma lei para ajudar o Estado e, depois, mais tarde, pode pôr o Estado em tribunal. Isso é gravíssimo, repito, gravíssimo!

Portanto, as nossas leis foram sempre feitas pelos nossos juristas, pela Direção-Geral de Energia e pelas nossas equipas. Como disse, e reitero, eu fiz questão, nesta área, e o Primeiro-Ministro, que nomeou Henrique Gomes e não o fez por acaso, foi porque sabia que ele era independente, fizemos questão de, nesta área em que sabíamos que havia muitos interesses e *lobbies*, ter uma equipa de independentes que não ficassem dependentes do setor mais tarde e que, acima de tudo, que estivessem ali para defender o interesse do Estado e não para depois irem para posições nos reguladores ou noutros lados quaisquer. Isso não, isso é contra os meus princípios, completamente. Sou alérgico a esse tipo de coisas, superalérgico.

Perguntou-me se conhecia quem entregou o relatório à EDP. Não! Já respondi a essa questão.

Quanto às perguntas do Sr. Deputado Jorge Costa sobre a privatização e a aplicação da contribuição, perguntou-me como avalio a contribuição. Como disse, os cálculos foram feitos pelo Henrique Gomes, na altura, e o impacto da contribuição nos *cashflows* da EDP seria de 700 milhões e 140 milhões seria o que afetaria diretamente a privatização.

O Ministério das Finanças pensava que seria mais elevado e havia o tal risco, que certamente não era zero, de a privatização não avançar, foi por isso que não avançámos. Que impacto poderia ter tido? Pronto, são esses 700 milhões que referi.

Relativamente a Sines e porque é que não se tomaram outras opções, vamos ver, primeiro tentou-se negociar, claramente. Mas em política pública tenta-se ver sempre quais são todas as opções possíveis. Na altura não foi possível, no âmbito das negociações, mas era uma questão que poderia ser, eventualmente, revisitada mais tarde, mas eu já não estava lá para isso acontecer.

Posso dizer muito claramente que, nestas e noutras questões, aliás, como aconteceu na contribuição, na política, muitas vezes, não se pode ter a primeira ou a segunda opção, mas vai-se por outros lados se sabemos o que queremos fazer. Se há ações a tomar, eventualmente serão tomadas ou preparam-se para se tomarem.

Sobre a dívida tarifária e porque é que fizemos o diferimento dos custos, já expliquei. Aliás, como disse, mesmo nos relatórios feitos inicialmente pelo Henrique Gomes, claramente, se mostra que se não houvesse diferimento — aliás, essa parte do diferimento dos custos foi feita pelo Henrique Gomes — o impacto a curto prazo nas tarifas, nos preços da eletricidade, seria enorme. Portanto, tinha de ser feita de qualquer maneira, para além de tudo o que foi feito ou que seria feito. Mesmo com a contribuição teria sempre de ser feito isso, porque, senão, não fechavam os números.

Pergunta-me se posso identificar casos de compadrio. Prefiro não comentar esta questão, se não se importa. Para mim, é evidente que existiam casos de compadrio em muitas destas e de outras áreas, mas nesta ocasião preferia não comentar.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Isso já tinha dito. A minha pergunta era porque é que não quer comentar, porque é que prefere não dizer nada sobre isso.

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Acho que este tipo de coisas deve ser feito na justiça, mais do que... Se conheço algum caso, se sei de algum caso, denuncio. Não vou fazê-lo no Parlamento. Passo a informação a quem deve recebê-la e passámos, nesta e noutras áreas, informação.

Sobre as perguntas do Sr. Deputado Hélder Amaral, se havia cortes alternativos à CESE... A pergunta seria se tínhamos outros cortes alternativos à contribuição. Os cortes foram os que identificámos em seguida.

Disse que, no início, identificámos o montante de cortes que era preciso fazer. Primeiro pensámos: isto será a contribuição, mais licenças de CO₂, mas como a contribuição não avançou, avançámos nos outros lados. Portanto, os cortes foram exatamente os mesmos que tínhamos identificado no início. Não tenho dúvidas sobre isso.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E o Ministro das Finanças concordou?

O Sr. Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — O Ministro das Finanças não tinha nada a ver com o resto dos cortes. Isso foi feito da forma que a própria troica achou que era importante avançar.

Sobre as propostas da EDP e do Dr. Eduardo Catroga, que casam com as propostas do Governo, sinceramente discordo 100%, 1000%, 1 000 000% do Sr. Deputado.

O Dr. Eduardo Catroga e a EDP fizeram muitas propostas que eram ótimas engenharias financeiras, repito, ótimas engenharias financeiras, só

que a nível de cortes eram quase zero, ou 10%, ou algo pequenininho. Então, vou implementar medidas que a EDP me diz para fazer? Era só o que faltava, Sr. Deputado!

Mas de que medidas é que está a falar? Em primeiro lugar, a cogeração. Repare que a EDP, segundo informação do próprio Henrique Gomes, sabia... Aliás, estava no Memorando! Se ler a primeira versão, esta diz-lhe o que é preciso fazer. Não diz as quantidades, mas diz que é preciso rever as rendas, não diz as «rendas», mas os «custos excessivos» ou os «sobrecustos» dos CMEC, da cogeração, etc., etc. Isso estava lá tudo! Isso não tem que ver com a EDP, é lógico que eles estão a aproveitar, mas, como tinham pouca cogeração, obviamente, disseram «Vamos cortar na cogeração, mas não nos cortem a nós». Mas, francamente, discordo totalmente do Sr. Deputado.

Em relação à questão da portaria dos CMEC...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só queria dizer que não afirmei, fiz uma pergunta. Portanto, não tem de discordar de nada.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Ai não? Então, peço desculpa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Eu fiz uma pergunta, uma vez que também não quero mandar o Dr. Catroga para o desemprego. Se ele falhou tanto nos seus objetivos...

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Estava a perguntar-me, então, se as propostas do Dr. Catroga casam com as propostas do Governo? Eu respondo-lhe que era só o que faltava! Era só o que faltava!

Sobre as portarias dos CMEC e sobre as contrapartidas à EDP, como disse, o único Governo que cortou nos CMEC, até hoje, foi aquele Governo — 250 milhões ou 205. Estamos a falar de uma redução da taxa de 7,55% para 4,72.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Catroga tinha 6,5%!

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — O Catroga tinha 6,5, porque sabia que 6,5 tinha impacto zero. Estamos a falar do *chairman* da EDP, por favor! Tem um interesse na matéria! Por favor...!

Bem, sobre a extensão do domínio hídrico, tal como os outros, não vou comentar mais do que lhe vou dizer, mas a informação foi passada, como disse, com toda a transparência, à Comissão Europeia. Se houver ação, há ação.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Só falta a PRE, com a conjugação dos CAE e dos CMEC.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Essa matéria foi bem explicada pelo ex-Secretário de Estado Artur Trindade. Sinceramente, estar a alongar-me num tema que ele explicou tão bem, acho que não... Remeto para as declarações dele.

O Sr. **Presidente**: — Há aqui uma dúvida sobre se ele terá respondido ou não à questão de Sines.

Os Srs. Deputados estão a fazer-me sinal, por isso penso que a questão já foi respondida.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Sim, já respondi.

O Sr. **Presidente**: — De qualquer forma, para bom esclarecimento da Comissão, a pergunta que o Sr. Deputado Hélder Amaral deixou foi a seguinte: por que razão foram sinalizadas ilegalidades pelo chefe de gabinete, tanto de Henrique Gomes, como de Artur Trindade? Pelo menos foi aquilo que disse aqui, na sua audição, mas que não foi confirmado nem por um Secretário de Estado, nem por outro.

A pergunta era, em primeiro lugar, se o Ministro se apercebeu ou tomou conhecimento destas supostas ilegalidades e, em segundo lugar, a razão pela qual a renegociação de Sines não avançou.

Por que razão não se fechou a negociação de Sines? Eu penso que o Sr. Professor já respondeu, mas, para bom serviço da Comissão e uma vez que ainda existem dúvidas de três Deputados, pedia-lhe que voltasse a esta questão.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Esta é uma questão que tinha de ser negociada com a EDP, foi negociada, não se resolveu, ficou para o futuro e ia ser resolvida mais tarde, mas, sinceramente, depois, ficou fora da nossa questão.

O Sr. **Presidente**: — E sobre a questão das ilegalidades?

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Sobre a questão das ilegalidades, como disse, a única questão foi passar a informação que nós tínhamos para a Comissão Europeia. Não tenho mais nada a comentar em relação a essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tenho três inscrições para a terceira ronda, não sei se há mais alguém. Vou identificá-las pela ordem de entrada: PCP, PSD e Bloco de Esquerda.

Pergunto ao CDS e ao Partido Socialista se querem inscrever-se.

Pausa.

Não querendo, vamos ter uma terceira ronda, em que os Srs. Deputados dos grupos parlamentares dispõem, cada um, de três minutos e o Sr. Professor dispõe também, de forma indicativa, do mesmo tempo para responder.

Gostaria de dar nota que o Sr. Deputado Hélder Amaral tem de se retirar. Agradeço a sua participação nesta audição.

Queria ainda dar nota, ao Sr. Professor, que houve um conjunto de Deputados do Partido Socialista que teve de sair, por causa de uma reunião de ordem partidária. Fomos informados desta necessidade e pediram-nos que transmitíssemos que não era de todo por falta de apreço que, nesta segunda ronda, não estiveram presentes os mesmos Deputados.

Agora, sim, penso que podemos prosseguir para esta terceira e, talvez, última ronda. Depois, ainda haverá as perguntas de dois minutos, se alguém assim quiser.

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP, que dispõe de três minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dr. Álvaro Santos Pereira, já depois da saída do Secretário de Estado Henrique Gomes, trocou correspondência com António Mexia e isso deu origem a um acordo, ao qual nós nos temos vindo aqui a referir como «acordo secreto de 28 de abril de 2012»...

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Secreto? Não é secreto!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... e que, hoje, não é secreto.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Nunca foi secreto!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Pois, mas o que é certo, Sr. Dr. Álvaro Santos Pereira, é que, nessa altura, vinha à Assembleia da República... Espero que não faça como alguém que disse «Pois, eu não falei sobre isso, porque ninguém me perguntou», ou seja, o senhor não nos vai tentar convencer de que ninguém, das 30 ou 40 pessoas que estavam na sala, nas vezes em que aqui vinha como Ministro, não tocava no assunto, porque toda a gente se esquecia... Não! Era mesmo porque ninguém sabia! Portanto, quando o senhor, a rir-se, diz que não era secreto coisa nenhuma, eu pergunto-lhe por que razão o assunto não era discutido, quando vinha à Assembleia da República.

Traduzindo para português mais corrente: por que razão o senhor nunca informou o Parlamento desse acordo que não era secreto?

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Nunca informei o Parlamento?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Porque, tendo havido, na Comissão de Economia da Assembleia da República, nesse período, um conjunto de audições sobre as ditas rendas excessivas, em que o senhor participou enquanto Ministro, nunca nenhuma informação foi colocada sobre o dito acordo.

O seu Secretário de Estado Artur Trindade, de quem eu estava a falar ainda agora, chegou a dizer aqui que «Nós não demos essa informação, porque os Deputados não a pediram».

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Posso fazer uma pergunta?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Sr. Deputado, responda-me muito claramente: a EDP é um produtor do setor da energia, ou não?

O Sr. **Presidente**: — Vamos antes prosseguir a audição nos termos normais. Fui vítima do meu cansaço, Sr. Professor.

Vamos ouvir as perguntas e, depois, o Sr. Professor responderá.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O que pode justificar que houvesse princípios constantes dos pontos da garantia de potência e da taxa de juro a aplicar aos montantes diferidos que não sejam públicos, que sejam secretos?

O Sr. Dr. **Álvaro dos Santos Pereira**: — Secretos?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se, com essa displicência e esse humor, me pergunta se a EDP não é uma empresa do setor, eu devolvo-lhe a pergunta com a seguinte: a REN não é uma empresa do setor? Por que razão outras empresas do setor, nomeadamente a REN, não foram envolvidas nessa negociação? Porque é que se tratou diretamente de um assunto numa relação bilateral entre o Ministro da tutela e a EDP? Não acha que o acordo pode ser colocado no historial dos relacionamentos de compadrio da política com os interesses privados? Como avalia o resultado final? Não considera, em

particular, no seu ponto 4.º, alíneas *a)*, *b)* e *c)*, que o dito acordo foi a completa cedências às imposições da EDP, aliás transmitidas diretamente e por carta por Eduardo Catroga? Quais os cortes de rendas excessivas decorrentes do acordo e qual a diferença face às propostas anteriores de Henrique Gomes? Qual a diferença desse acordo face às anteriores propostas de Henrique Gomes? É capaz de referir quais as suas portarias e outra regulamentação que possa ter sido feita em função do dito acordo?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira, do PSD, tem a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Professor, permita-me fazer aqui um esclarecimento adicional relativamente ao Decreto-Lei n.º 35/2013, que diz respeito à extensão das licenças eólicas.

O que o Dr. Artur Trindade nos explicou era que se o preço fosse superior a 50 €/MWh os consumidores ganhariam, mas que se esse valor fosse inferior perderiam.

Sr. Professor já referiu que, no segundo semestre de 2018, o preço médio do megawatt foi de 65 €. Neste exato momento devo dizer-lhe que o preço é de 56,47 €/MWh. Neste exato momento!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — À meia-noite deve ser 48.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Queria também realçar duas frases que o Sr. Professor disse na sua intervenção inicial — «Antes de chegar ao Governo, nem um cêntimo se tinha cortado aos produtores» e «É

claro que os produtores foram beneficiados, é bem claro que, antes de nós, ninguém tinha tido coragem de enfrentar os *lobbies* da energia, ninguém tinha cortado 1 só cêntimo. Graças à nossa ação e da do meu sucessor, cortaram-se mais de 3500 milhões de euros nas rendas da energia».

Devo dizer-lhe, Sr. Professor, que, por tudo aquilo que apurámos até ao momento, nessa comissão parlamentar de inquérito, na verdade, foi no Governo que V. Ex.^a integrou que, pela primeira vez, esses cortes tiveram lugar. Neste quadro, vale a pena recordar e contrapor, aos 3 500 milhões de euros que foram cortados nas redas da energia no Governo que V. Ex.^a integrou, os 660 milhões de euros de benefícios concedidos pelo seu antecessor, o Dr. Vieira da Silva. Falo, mais concretamente, dos 60 milhões de euros à REN, a título de rendas nos terrenos de domínio público, e dos 600 milhões de euros a favor dos electroprodutores, na sequência das alterações introduzidas em 2010 ao instrumento de garantia de potência.

Quer isto dizer que, se em 2010 as rendas e os custos eram excessivos, ficaram mais excessivos, ou menos, só por ação do seu antecessor — já não preciso de recuar muito mais — em mais de 660 milhões de euros. O anterior Governo aumentou o benefício em 660 milhões de euros, o Governo que sucedeu cortou em 3 500 milhões de euros.

Muito bem, e quanto cortou o atual Governo? Um sexto, aproximadamente, deste valor, ou seja, menos de 500 milhões de euros.

A pergunta que lhe deixo e o comentário que solicito, se entender oferecê-lo, são os seguintes: como se explica que o anterior Governo tenha cortado 3500 milhões euros sem grandes conflitos, sem grande litigância, sem grande instabilidade e o atual Governo não tenha conseguido cortar um sexto desse valor e a litigância tenha aumentado da forma que se conhece?

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, à última intervenção desta terceira ronda.

Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, dispõe também de três minutos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O debate acerca da extensão da tarifa das eólicas tem sido esclarecedor aqui na Comissão. Muitas vezes parece que voltamos atrás, mas gostava de pôr aqui o ponto em que ficámos, depois dos últimos esclarecimentos que recebemos do antigo Secretário de Estado Artur Trindade.

Este ponto tem que ver com o seguinte: o cálculo do impacto deste decreto-lei deve ser medido — estas são as palavras do Dr. Artur Trindade — pelo cenário que existiria se o decreto não tivesse sido feito e que é com esse cenário que devíamos comparar.

Ora, o que existiria se o decreto não tivesse sido feito é que, no final, acontecia uma de duas coisas. A primeira seria haver certificados verdes, mas vamos excluir esta hipótese, porque ninguém pode dizer quanto é que estes iriam valer, poderia ser zero ou 50, por isso não vale a pena especularmos sobre o cenário dos certificados. A alternativa, um elemento de comparação muito mais objetivo, que está na Lei n.º 35-A/2005, seria uma extensão por cinco anos adicionais da tarifa garantida ao valor das centrais renováveis com início de exploração nessa data, ou seja, o valor da tarifa por cinco anos era o da central que iniciasse exploração nessa data, por leilão, evidentemente.

Na comissão, o Eng.º Carlos Pimenta disse-nos que, se fosse hoje, um leilão de atribuição de potência eólica não ficaria acima dos 50 €, ou seja, 20 € abaixo do último realizado. Entretanto, ninguém supõe que o preço da tecnologia venha aumentar e que este valor possa aumentar até lá, porque a tecnologia tem custos descendentes.

Portanto, daqui a dois ou três anos, em 2021, que é a data a que nos referimos, um leilão estaria forçosamente abaixo deste valor que o Eng.º

Carlos Pimenta, hoje, aqui põe. Se olharmos para os leilões que estão a ser feitos na Península Ibérica, para termos um ponto de referência, vemos tarifas bem abaixo. O que é que vamos ter quando chegarmos a 2021?

Vamos ter de pagar uma tarifa que tem como *floor* um valor que, segundo os cálculos do próprio Dr. Artur Trindade, não fica abaixo de 65 € ou 66 €/MWh. É a tarifa que apresenta o defensor e o autor desta medida, portanto, digamos que não será enviesada, do ponto de vista dos defensores.

Ou seja, temos um ganho tarifário entre o valor do leilão que teríamos na altura e o valor da tarifa, que, efetivamente, lá se concretizará, muitíssimo amplo e que terá um tarifário muito maior do que a contribuição, que já sabemos quanto vale: são 150 milhões de euros, em 7 anos.

Primeiro: não estamos perante uma contribuição, estamos perante a compra de uma extensão, foi esta a terminologia da própria EDP, com um prémio tarifário muito amplo, que vai gerar um sobrecusto, forçosamente e indubitavelmente. As hipóteses de este negócio sair favorável aos consumidores, face ao cenário anterior, são nulas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos agora ouvir as respostas, com muita tolerância. Vocês hoje estão a vencer-me pelo cansaço, claramente.

Risos.

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de começar por responder às perguntas do Sr. Deputado Bruno Dias, que, no fundo, apresenta aqui uma teoria da conspiração, de que nós sonegámos informação ao Parlamento, etc.

Estava a perguntar-lhe o que era a EDP, se era produtora de energia ou não, porque foi o que dissemos aqui no Parlamento várias vezes. Se o Sr.

Deputado, como penso, concorda comigo, que a EDP é um produtor de energia, isso quer dizer que nós, quando chegámos ao Parlamento e dissemos que obtivemos, onde era preciso obter, acordo com os produtores, presume-se que a EDP está lá, porque é produtor, aliás, é o principal produtor nacional. Portanto, era óbvio que tinha de ter havido negociações com a EDP.

Sinceramente, não estou a perceber... Esta história de teoria da conspiração, com acordo secreto e não sei quê, não estou a perceber porquê. Eu não tenho fãns na EDP! Acha que a EDP gosta de... Acha que fui um Ministro que os ajudou muito a ganhar rendas, ou a ganhar lucros indevidos?! Por favor!

Portanto, sinceramente, esta história da teoria da conspiração, que nós teríamos um acordo secreto com a EDP, era só o que faltava!

Não houve acordo secreto, não havia nada secreto e, muito menos,... Outros Srs. Deputados afirmaram que nós, as nossas propostas eram as da EDP. Era só o que faltava! Era só o que faltava!

Bem, como disse, a prova está nos cortes que fizemos, a prova está no impacto que esses cortes tiveram na dívida tarifária e que os cortes tiveram no défice tarifário.

Perguntou-me também, Sr. Deputado, quais eram as diferenças entre as propostas do Henrique Gomes e as futuras. A grande diferença era a questão da contribuição. Havia algumas semelhanças, aliás, acho que a Comissão tem todos os documentos da altura. O Henrique, na altura, falou já da questão dos leilões de CO₂, a questão da cogeração estava no memorando e, portanto, era evidente que teria de acontecer, e havia a contribuição que, supostamente, iria dar azo a cerca de 200 milhões de euros, 210 milhões de euros de contribuição adicional. Todos os dados estão claríssimos.

Aliás, como disse neste documento, que foi feito a 19 de setembro de 2011 — já vi os Srs. Deputados com estes documentos da sustentabilidade,

quando os primeiros estudos foram feitos, mas se quiserem posso facultar esses documentos na mesma —, estimámos qual era o impacto da dívida tarifária, o que é que ia subir, e quais eram os impactos de cada contribuição, de cada medida. Mas foi feito de início e, quando não pudemos avançar numa das medidas, avançámos nas outras. Que não haja o mínimo de dúvidas sobre isso. A grande diferença era só a contribuição, de resto, obviamente, cortámos mais nas outras coisas, principalmente nas garantias de potência, etc., o que estava planeado de início.

Aliás, se vir, por exemplo, este relatório, que foi entregue à troica, o tal de 9 de fevereiro — ou coisa do género — e que fala de medidas imediatas a tomar, se vir, por exemplo, a medida que fala de cortar a garantia de potência, etc., é muito menor do que aconteceu na realidade. Nós, na altura, quando entregámos o relatório à troica... Aliás, as outras, mesmo cortes de CMEC e tudo, eram menores do que o que fizemos depois. É que percebemos que, sem a contribuição, precisávamos de cortar mais nestas áreas. E cortou-se mais.

Portanto, este relatório até é desfavorável... Ou até é bastante favorável para nós, porque, no fundo, aponta menos cortes do que os que fizemos no final.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Importa-se de dizer a data desse relatório?

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Isto foi feito pelo Ministério da Economia e do Emprego, a 19 de setembro.

Mas se quiser, como disse, passo-lhe o documento.

Outra questão, foi a do Sr. Deputado Jorge Oliveira, que falou sobre... É verdade, fomos dos primeiros a cortar, sem o mínimo de dúvidas. Não vou comentar a ação do Governo atual. Mas perguntou-me como é que foi possível cortar nas rendas. E digo-lhe, foi muito simples.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Como foi possível cortar sem instabilidade?

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Foi possível cortar com determinação. Foi possível cortar sem vacilar.

Sabíamos que tínhamos de fazer isso, senão a economia ia ter um impacto brutal, da explosão das tarifas; sabíamos que isto ia afetar as famílias de uma forma muito grave, e isso teria um impacto dramático, e, acima de tudo, sabíamos também que estimámos estas rendas excessivas e que, para todos os efeitos, estas rendas excessivas eram injustificadas.

Por isso mesmo, não vacilámos um segundo. Embora com alguns retrocessos, às vezes perdendo batalhas, às vezes ganhando, não descansámos enquanto isto não foi feito.

Quando se está no Governo para defender o interesse público, é isso que tem de ser feito, doa a quem doer, tem de ser feito. E foi feito. E, principalmente se for contra os *lobbies*, aí tem de doer muito, e isso é importante.

Em relação às perguntas do Sr. Deputado Jorge Costa, sobre a extensão das tarifas eólicas, certificados verdes, etc., etc.

Bem, o Sr. ex-Secretário de Estado, Artur Trindade, acho que exemplarmente, com folhas *Excel*, já respondeu a isso. Lembro-me, pois vi essa parte da audição e as perguntas que me fez foram as mesmas que lhe fez, a ele. E vou remeter exatamente ao que ele disse. A explicação técnica é exatamente a que ele deu.

Perguntou-me porque não a contribuição? A contribuição, na altura, não estava... não era factível, estava fora de questão. Foi possível mais tarde, quando identificámos que era preciso cortar mais rendas. Mas, na altura, não era possível. E, portanto, esta extensão, e esta medida, o que foi feito,

continuamos a pensar — o Artur disse isso, muito claramente, aqui — que a medida vai ter um impacto positivo, entre 100 a 250 milhões.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, vou só precisar.

A questão que estava a colocar é a seguinte: porque é que, neste caso, em lugar de uma contribuição líquida, normal —, como a CESE, que foi aplicada isentando as renováveis —, as renováveis ficaram isentas de uma contribuição e tiveram uma contribuição com uma contrapartida destas?

O Dr. **Álvaro Santos Pereira**: — Eu não estava no Governo quando isso aconteceu.

Quando arquitetámos a contribuição, esta era relativa a todos os produtores. Tem de perguntar a quem estava no Governo na altura, quando avançaram com a contribuição.

Fiquei satisfeito quando avançaram com a contribuição, porque achei que era importante e era uma medida que defendia há algum tempo. Foi por isso que telefonei ao Henrique e lhe disse: «está a ver, Henrique, afinal eu tinha razão, você devia ter esperado um pouco, teríamos conseguido ganhar a guerra».

Mas eu não estava no Governo e, portanto, não posso responder a algo sobre o qual não sou responsável.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina esta audição.

Queria agradecer a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados, também à equipa de apoio e, sobretudo, ao Sr. Prof. Álvaro Santos Pereira, pela forma escurrita e concisa como respondeu às perguntas todas, o que nos fez atingir aqui, hoje, um recorde de tempo, não no limite superior, mas no limite inferior. Agradeço-lhe imenso os esclarecimentos.

A próxima reunião será na terça-feira, às 16 horas, com o Sr. Rodrigo Costa, Presidente da REN.

Boa noite a todos, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 5 minutos.

DIVISÃO DA REDAÇÃO.